

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

GABRIELLA DUARTE DOS REIS FAGUNDES

**LÍNGUA(GEM) EM FUNCIONAMENTO: A DISCURSIVIDADE DA PÁGINA
VIRTUAL DE APOIO À MULHER**

CÁCERES-MT

2019

GABRIELLA DUARTE DOS REIS FAGUNDES

**LÍNGUA(GEM) EM FUNCIONAMENTO: A DISCURSIVIDADE DA PÁGINA
VIRTUAL DE APOIO À MULHER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Professora Dra. Joelma Aparecida Bressanin.

CÁCERES-MT

2019

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

F1511	FAGUNDES, Gabriella Duarte dos Reis Língua(Gem) em Funcionamento: a Discursividade da Página Virtual de Apoio À Mulher / Gabriella Duarte dos Reis Fagundes - Cáceres, 2019. 84 f.; 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019. Orientador: Joelma Aparecida Bressanin 1. Linguística. 2. Análise de Discurso. 3. Violência Contra a Mulher. 4. Redes Sociais. I. Gabriella Duarte dos Reis Fagundes. II. Língua(Gem) em Funcionamento: a Discursividade da Página Virtual de Apoio À Mulher: . CDU 81'42-055.2
-------	---

GABRIELLA DUARTE DOS REIS FAGUNDES

**LINGUA(GEM) EM FUNCIONAMENTO: A DISCURSIVIDADE DA PÁGINA
VIRTUAL DE APOIO À MULHER**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Olimpia Maluf-Souza
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Cristine Pereira Dias
Avaliadora Externa – PPG/IEL/UNICAMP

APROVADA EM: 09/04/2019

Com todo o meu amor à minha mãe,
Marineusa, minha maior
incentivadora e amiga.

Ao Raphael por todo apoio, paciência
e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de tudo, pois sem Ele eu não sou nada.

À minha mãe Marineusa por todo amor e apoio que sempre me deu. Sou grata por ter uma pessoa tão maravilhosa assim para poder chamar de mãe.

Ao meu esposo Raphael por tanto amor, companheirismo e dedicação. Obrigada por estar ao meu lado em mais uma etapa da minha vida.

À minha orientadora Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin por me acolher e compartilhar comigo seu conhecimento com tanta paciência e dedicação.

À Profa. Dra. Olimpia Maluf-Souza, com quem tive meu primeiro contato com a Análise de Discurso, pelas contribuições que ajudaram a enriquecer o meu trabalho.

À Profa. Dra. Cristiane Dias pelos apontamentos que foram de grande importância para o aprimoramento da minha pesquisa.

Aos meus amigos que sempre me deram forças e incentivo em todos os aspectos da minha vida, em especial a Manuely, pelo laço de amizade que construímos desde o início do meu percurso acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação pelo saber e momentos compartilhados.

À Capes pela bolsa que me foi disponibilizada.

À UNEMAT que tornou essa conquista possível.

“A ferida sara, os ossos quebrados se recuperam, o sangue seca, mas a perda da autoestima, o sentimento de menos valia, a depressão, essas são feridas que não cicatrizam.”

Maria Berenice Dias

RESUMO

Neste estudo, inscrito na linha de pesquisa *Estudos de Processos Discursivos* do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, propomos compreender discursivamente um tema frequentemente abordado na mídia e em diversos meios de comunicação – a violência contra a mulher. A base teórica será a Análise de Discurso de linha francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux, na França, e difundida por Eni Orlandi, no Brasil. Sob essa perspectiva, tomamos como material de análise uma página virtual da rede social mundialmente conhecida como *Instagram*. A página, denominada nesse âmbito virtual como *instablog*, intitula-se “Filhas de Frida”. Dessa forma, através de recortes selecionados desse material, buscamos compreender as posições-sujeito ocupadas tanto pelas mulheres que enviam seu depoimento para ser publicado na página, como também a posição ocupada pelos seus seguidores que interagem com os *posts*. Observamos os gestos de interpretação do sujeito-autor e do sujeito-leitor do *instablog*, através dos comentários nos *posts*, buscando analisar o modo como se dá a identificação dos sujeitos com as instituições e os discursos que circulam nesse ambiente virtual.

Palavras-chave: Linguística; Análise de Discurso; Violência contra a Mulher; Redes Sociais.

ABSTRACT

In this study, enrolled in research Studies of Discursive Processes of the Postgraduate Program in Linguistics at the University of the Mato Grosso State, we propose to understand discursively a topic often broached in media and in various means of communication - violence against women. The theoretical basis will be the French Line Discourse Analysis developed by Michel Pêcheux in France and disseminated by Eni Orlandi in Brazil. From this perspective, we take as analysis material a virtual page of the social network known worldwide as Instagram. The page, denominated in this virtual scope as *instablog*, is entitled "Daughters of Frida". In this way, through selected clippings of this material, we seek to understand the subject positions occupied by women who send your statement to be posted on the page, as well as the position occupied by their followers that interact with the posts. We observe the gestures of interpretation of the subject-author and the subject-reader of *instablog*, through the comments in posts, seeking to analyze how the identification of subjects happens with the institutions and the discourses that circulate in this virtual environment.

Key words: Linguistics; Discourse Analysis; Violence against Women; Social Networks

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Aplicativo “clique 180”.....	33
Figura 2 – Imagem “Espanhol sem fronteiras”	44
Figura 3 - Campanha “ajudem aquela”	45
Figura 4 – Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso...53	
Figura 5 – <i>Prints Screen</i> do perfil “Filhas de Frida”.....	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO I 	
A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE A MULHER.....	17
1.1 Movimento Feminista	26
1.2 Lei Maria da Penha e Órgãos de Proteção à Mulher.....	30
 CAPÍTULO II 	
AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO INSTAGRAM E INSTABLOG.....	38
2.1 As condições de produção do perfil “Filhas de Frida”	43
 CAPÍTULO III 	
ANÁLISE DO INSTABLOG “FILHAS DE FRIDA” E RELATOS DE MULHERES AGREDIDAS.....	50
3.1 Análise I	58
3.2 Análise II	63
3.3 Análise III	67
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 73
 REFERÊNCIAS	 76

INTRODUÇÃO

O interesse pela linguagem sempre foi objeto de reflexão de muitas ciências. Nesse sentido, é com Saussure que a Linguística adquire a cientificidade necessária ao tornar-se a ciência da linguagem e se abrir para a constituição de outras áreas do conhecimento que vão analisar as diferentes formas de manifestação da linguagem. Saussure (1999) diferencia língua de linguagem quando diz que ambas não se confundem. Para ele, o natural ao homem é a linguagem, uma vez que a considera uma possibilidade de falar uma língua. Esta, tomada como parte da linguagem, é fundamental para o estudo da Linguística, torna-se seu objeto.

O pai da Linguística não se ocupa em descrever as características da linguagem como verbal e não verbal, mas as propriedades da língua como física, fisiológica e psíquica. Outra forma de se pensar a linguagem é a partir da Gramática Normativa que estuda a forma ideal de falar e escrever, ou seja, que prescreve regras e normas gramaticais. Essas são apenas algumas dentre as inúmeras formas de se estudar esse fenômeno denominado linguagem. Entretanto, entre todas essas formas de estudo, a que nos interessa neste trabalho é a da Análise de Discurso de linha materialista.

O objeto teórico de estudos da Análise de Discurso não é a língua, nem a linguagem, mas o discurso, embora a língua e a linguagem importem de modo determinante. Contudo, é através do discurso que essa teoria chega na “espessura do sentido” da linguagem. Assim, o discurso se produz através da língua, mas não deve ser compreendido conforme a concepção de língua/fala de Saussure, uma vez que é apreendido mediante seus processos de produção e não através de seu produto.

Para a Análise de Discurso, a linguagem não é transparente e os sentidos não são conteúdos. Dessa forma, é no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz. E o faz indo além das evidências produzidas pela ideologia. Partimos do princípio de que a Análise de Discurso nos permite uma relação menos ingênua com a linguagem. Isto é, compreender que estamos o tempo todo nos sujeitando a ela, e assim, sujeitos também a sua opacidade e equivocidade. É entender que na linguagem não há transparência e que ao falar estamos nos sujeitando a ela.

Esse processo é denominado de assujeitamento, que diz, segundo Orlandi (2010, p. 19):

Diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico pela ideologia: se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido, nem sujeito se não

houver assujeitamento à língua. Em outras palavras: para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto não tem como se subjetivar.

Assim, para que o sujeito e o sentido existam é preciso considerar antes de tudo a existência do assujeitamento. Esse processo ocorre inconscientemente, ou seja, o sujeito acredita que está escolhendo o que dizer, como agir, porém, está o tempo inteiro se sujeitando à ideologia que o interpela.

Tudo isso nos permite compreender que essa teoria nos possibilita reflexões que possivelmente antes dela, não faríamos. A partir dela passamos a interpretar e problematizar qualquer coisa considerada linguagem - arte, música, publicidade, textos e afins – o que chamamos de objeto simbólico. Porém, o analista de discurso sabe que mesmo ao interpretar, os sentidos lhe escapam devido a sua pluralidade.

É importante também saber distinguir a compreensão de interpretação, uma vez que compreender, de acordo com Orlandi (2013) significa entender como um objeto simbólico produz sentido. Já interpretar como o próprio nome diz é prender-se a um sentido já posto.

Dessa maneira, o analista precisa entender que a teoria a qual está filiado buscará compreender a produção de sentidos de um objeto simbólico, ou seja, como este está significando para o sujeito. Outro fator fundamental para a construção da análise é a compreensão da relação entre sujeitos e sentidos, que é caracterizada, conforme Orlandi (2013), pela imprevisibilidade, da mesma forma que a relação linguagem e mundo também possui essa característica. Dessa forma, temos a presença de modos de interpretação. Compreendemos, então, que a interpretação não é dada por qualquer sujeito de acordo com a sua vontade, uma vez que os sentidos não estão “soltos”. Assim, mesmo ao interpretar, os sentidos já estão postos ali. É então, a partir da introdução feita até aqui, que propomos, através da Análise de Discurso, refletir acerca do sujeito, da ideologia, da história e, principalmente, da língua(gem), uma vez que o discurso se materializa nela.

Sobre isso, Noronha (2017, p. 30) retoma questões propostas por Orlandi e Pêcheux ao dizer que:

É o conceito de condição de produção que nos possibilita dizer que o discurso não é um objeto linguístico. O discurso não é uma unidade empírica, é um objeto teórico. O discurso é a um só tempo, integralmente linguístico e integralmente histórico. Trata-se de um espaço teórico no qual se pode apreender a relação entre a língua, enquanto sistema de signos e da ideologia, enquanto determinação histórica do sentido.

A Análise de Discurso tem como objeto de estudo o discurso, que contempla a estrutura e o funcionamento da língua(gem). Essa teoria toma a linguagem pensando-a a partir de seu

processo histórico. Sendo assim, a Análise de Discurso entende-a como mediação do homem e da realidade. Essa mediação é o que chamamos de discurso, que por sua vez, possibilita a permanência, continuidade ou deslocamento do homem e de sua realidade. Em suma, podemos dizer que a teoria a qual nos filiamos trabalha a relação língua(gem) e mundo.

Segundo Orlandi (1996, p. 17): “a linguagem [...] não é vista apenas como suporte de pensamento, nem somente como instrumento de comunicação”. Para a autora, o ato de tomar a palavra através do viés teórico da Análise de Discurso é um ato social que acarreta implicações como conflitos, relações de poder e constituições de identidade. Ao utilizar a linguagem, o sujeito tem a ilusão de ser a única fonte de seu dizer, porém, está inconscientemente retomando outros dizeres já existentes. Esse ato na Análise de Discurso é denominado de “ilusão discursiva do sujeito”. Em outras palavras, por não conhecer as condições de produção desses outros discursos, o sujeito ilusoriamente acredita que é o autor dele.

De acordo com Orlandi (2013), a Análise de Discurso entende a língua fazendo sentido. Assim, segundo a autora, essa teoria toma a língua conforme suas possibilidades de significar. Da mesma forma, a gramática também é vista pela Análise de Discurso. Orlandi (2013, p. 15) afirma que “a própria palavra gramática como a palavra língua podem significar coisas muito diferentes em diferentes épocas, em distintas tendências e em autores diversos”. A autora diz que é a partir dessas inúmeras formas de se significar que os teóricos passaram a ter interesse pela linguagem de uma forma particular, dando origem à Análise de Discurso.

Nesse sentido, a partir do modo como a Análise de Discurso toma a linguagem, nosso objetivo com este trabalho, é observar aquilo que tem sido dito sobre a violência contra a mulher, enquanto linguagem, isto é, a materialização da ideologia na língua, o modo como os discursos e os sentidos são constituídos. Dessa forma, tomaremos a violência contra a mulher como prática da linguagem, propondo uma análise discursiva através de nossos recortes.

Segundo Orlandi (1984, p. 14): “O *recorte* é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Para a autora, o recorte varia conforme os tipos de discurso, as condições de produção, o objetivo e o alcance da análise. Dessa forma, de acordo com a definição de recorte, o que o está caracterizando, a partir desse trabalho, são as marcas discursivas sobre a violência contra a mulher.

Pautamo-nos, desse modo, em uma perspectiva histórico-discursiva para compreendermos como se constituiu o imaginário de mulher desde a antiguidade até os dias atuais. Esse percurso nos ajudará a compreender as condições de produção de uma

discursividade em torno da mulher, de forma a contribuir para análise do objeto de pesquisa – o discurso sobre a violência contra a mulher.

Pensar a mulher a partir de uma perspectiva histórico-discursiva, é refletir acerca de sua constituição enquanto sujeito, dizer de suas lutas e conquistas. É refletir acerca da influência da cultura patriarcal sobre as mulheres e os homens, é também abordar a relação de exploração desde o corpo feminino até o âmbito trabalhista, buscando entender a diferença entre os papéis exercidos por ambos os sexos com base em uma ordem patriarcal dominante.

É importante iniciarmos abordando as ausências de direito das mulheres até o século XX, que segundo Pinto (2010), foi quando se iniciou a primeira onda do feminismo, como por exemplo, não possuir direito ao voto, a trabalhar fora e até mesmo de escolher seu cônjuge, assim como analisarmos a subjugação e humilhação constantes em um jogo de relações desiguais regido por uma ordem hierárquica baseada nos sexos.

De um lado, têm-se as características impostas ao sexo masculino, como sexo forte, poderoso, viril, machão e de outro, a mulher é tida como recatada, frágil, dependente. Essas construções de papéis são passadas de geração em geração e perduram há tanto tempo que passaram a ser vistas como naturais.

Além disso, diversos direitos básicos foram negados à mulher. Esses que citamos são apenas alguns de muitos deles. Dessa forma, no decorrer de nosso trabalho falaremos mais a fundo sobre as circunstâncias de submissão às quais as mulheres eram submetidas. Abordaremos também a forma como eram vistas, sua inferioridade perante o homem e sua obrigação a submeter-se a ele. Assim, no decorrer de nosso texto, falaremos sobre como as mulheres viviam em sociedades, que, em geral, eram dominadas por homens, isto é, sociedades patriarcais.

Todos esses fatores sempre fizeram com que a mulher ficasse atrás quando o assunto era educação, emprego, finanças. A concepção de inferioridade feminina iniciou-se há muitos séculos atrás. A sociedade pregava que a natureza da mulher era destinada apenas à maternidade, aos serviços domésticos e aos cuidados com o marido. Tudo isso demonstra que o que era senso comum, em diversas épocas, foi se arrastando por anos, em muitas sociedades, instalando, propagando e naturalizando a fragilidade e a submissão feminina.

Essa realidade passou a sofrer alterações a partir da Revolução Francesa, quando a mulher ingressou no mercado de trabalho. Todavia, trabalhar fora não era um direito ainda assegurado a elas, uma vez que foram solicitadas devido à demanda, já que muitos homens participariam da guerra. Porém, foi um marco na história da mulher que mais tarde passou a lutar por seus direitos e acima de tudo, pela igualdade entre os sexos.

Assim, essa prática social passou realmente a ter significativas mudanças no decorrer do desenvolvimento do social, político e cultural, especialmente, a partir da criação do movimento feminista, quando as mulheres foram à luta por seus direitos. A partir disso, o direito ao voto, estudo e trabalho, foram garantidos pouco a pouco às mulheres. Assim, a mulher passou a ocupar o seu lugar na sociedade.

Todavia, apesar das conquistas obtidas através de práticas sociais e do movimento feminista que citamos aqui, é preciso frisar que tudo isso foi um longo processo de luta e determinação que perdura até hoje. Dessa forma, mesmo com os diversos avanços históricos no que diz respeito à luta das mulheres, ainda há muito a se conquistar, como por exemplo: o respeito, aceitação e a liberdade.

O processo de valorização da mulher foi e continua sendo um grande desafio. Sendo assim, mesmo com mudanças e conquistas que modificaram as estruturas sociais, ainda hoje se perduram essas práticas ideológicas, pois vivemos em uma sociedade sexista que, inúmeras vezes, dá preferência trabalhista ao homem, já que homens não engravidam, não necessitam de licença maternidade e ainda são vistos como mais fortes não só fisicamente, como intelectualmente.

Dessa maneira, de acordo com tudo que abordamos até agora é impossível não nos remetermos a um fator que é tão recorrente em nossa sociedade, que está presente diariamente em nosso meio, mesmo com inúmeros avanços obtidos até hoje. Estamos falando da violência contra a mulher, que, apesar de ser tratada diariamente em debates sociais, especialmente na esfera midiática, alertando e incentivando a denúncia, ainda é muito marcante e continua a crescer progressivamente. Isso tudo já está tão presente em nosso cotidiano que diversas pessoas acabam vendo isso como algo normal, o que dificulta o ato da denúncia e da inserção das medidas cabíveis que visam precaver e acabar com a violência.

Assim, para tentar conter a violência doméstica, tanto o governo quanto as ONGs e as pessoas que se dispõem a trabalhar em prol da luta contra esse crime, disponibilizam cartilhas informativas, *sites*, *blogs* e campanhas de combate à violência contra a mulher, visando ao empoderamento e ao incentivo à denúncia.

Dessa maneira, pretendemos dar visibilidade às marcas ideológicas que atravessam os sujeitos que ocupam uma posição no dizer instalando sentidos sobre/para o feminino, na atualidade. Dessa forma, propomos analisar discursivamente relatos de mulheres agredidas presentes na página da rede social Instagram “Filhas de Frida”, conhecida através da ferramenta @filhasdefrida.

Cabe destacar que nossa opção temática foi motivada pelo fato de já termos uma relação com o discurso da violência contra a mulher, devido a outros trabalhos já realizados na graduação, em que trabalhamos as campanhas públicas de combate à violência contra a mulher. Sendo assim, o arquivo de pesquisa começou a ser construído a partir de uma navegação pela rede social Instagram. Ao ler os *posts*, relatos e pesquisar sobre sua criação e suas criadoras surgiu o interesse por trabalhar com o discurso da violência contra a mulher no digital. Posteriormente, fizemos a seleção dos relatos e dos comentários presentes nessas postagens levando em consideração um critério específico de análise - o processo de identificação entre sujeito-leitor e sujeito-autor com as instituições e os discursos que nelas circulam. Por fim, observamos que essa identificação pode ocorrer de diferentes modos e por diversos fatores.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. Iniciaremos o primeiro fazendo um breve percurso histórico-discursivo, buscando compreender os modos de constituição do feminino e do imaginário de submissão e inferioridade sobre a mulher. Posteriormente, abordaremos a violência contra a mulher do ponto de vista do discurso jurídico, recortando dizeres da Lei Maria da Penha e a consequente criação de delegacias e de órgãos especializados que amparam mulheres vítimas de todas as formas de violência.

Dando continuidade, em nosso segundo capítulo, pautados na perspectiva discursiva, refletiremos sobre a rede social *Instagram*, e conseqüentemente, sobre o *instablog* e suas condições de produção. Esse estudo será feito em um primeiro momento para que nos auxilie, posteriormente, na análise dos recortes, de forma que compreendamos a posição sujeito das criadoras e apoiadoras dessa ação. Por fim, no terceiro e último capítulo, analisaremos discursivamente *posts* que trazem depoimentos de mulheres agredidas física ou verbalmente, como também aos comentários decorrentes dessas postagens./

Sendo assim, buscaremos por meio dessa discursividade sobre a/ da mulher dar visibilidade às condições de produção, aos ditos e não ditos, às paráfrases e polissemias, ou seja, ao funcionamento da língua e aos possíveis efeitos produzidos no sujeito-leitor.

CAPÍTULO I

1. A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE A MULHER

Neste capítulo, tomaremos a linguagem em funcionamento como trabalha a Análise de Discurso ao propor uma teoria não subjetiva do sujeito. Isso quer dizer que o sujeito não é afetado pela subjetividade, porém, isso não impede que ele seja constituído por ela. Segundo Orlandi (2013, p. 46), é a partir disso que surge “a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetivista da subjetividade – em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também dos sentidos”. Sendo assim, podemos dizer brevemente que a evidência do sujeito é o mesmo que não considerar que o indivíduo se interpela em sujeito através da ideologia.

Enquanto isso, a evidência do sentido é de acordo com Orlandi (2013, p. 46), “a que faz com que a palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante”. Segundo a autora, o efeito da determinação do interdiscurso (da memória) é caracterizado pelo fato das palavras obterem seus sentidos de formações discursivas em suas relações.

Para a Análise de Discurso, o sentido é marcado pela sua relação com o sujeito, enquanto o sujeito se caracteriza por ser afetado pela relação da língua com a história. É a partir disso que temos a subjetivação, que conforme Orlandi (2013), ao obtermos essa marca subjetiva, temos, ao mesmo tempo, a relação entre língua e exterioridade, isto é, o fato de não existir discurso sem sujeito e, conseqüentemente, o sujeito só existir porque há ideologia, que por sua vez, é ligada através da língua e de todo esse processo, ao inconsciente.

O sujeito ao dizer, diz de uma determinada posição. Na Análise de Discurso, chamamos de posição-sujeito. Segundo Orlandi (2013, p. 49):

Devemos ainda lembrar que o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (M. Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma maneira, a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação pois o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia (M. Pêcheux, 1975).

Orlandi (2013) afirma que ao dizer de determinada posição, o sujeito está significando e é isso que lhe concebe uma identidade. Essa posição não é determinada pelas escolhas pessoais do sujeito, mas pela exterioridade que o constitui. Diante disso, buscaremos compreender o lugar da interpretação como determinado pela manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos. Interpretar, de acordo com essa teoria, não é simplesmente decodificar ou apreender os sentidos, uma vez que se dá através dos dois modos de manifestação da memória: a institucionalizada (o arquivo) e a constitutiva (o interdiscurso). Sendo assim, podemos dizer que a interpretação de sentidos é determinada, em certa direção, pela relação entre linguagem e história, em seus mecanismos imaginários.

A leitura é uma prática discursiva que deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos, daí a necessidade de se descrever a relação do sujeito com sua memória. É a partir dessa relação que o sujeito é capaz de (re)construir sentidos, pois, o sujeito ao relacionar-se com a memória abre espaço para o funcionamento do já-dito, para a ruptura e para uma leitura com uma multiplicidade de sentidos, uma vez que, a leitura como processo discursivo nos permite uma infinidade de interpretações, isto é, o sentido outro.

O conceito de interdiscurso – o saber discursivo – é um complexo dominante formado pelas formações discursivas. Então, antes de estudarmos esse conceito teórico, devemos compreender o que são essas formações discursivas. Para Noronha (2017, p. 30):

A formação discursiva é a matriz dos sentidos. Não se trata de um conjunto de texto com semelhanças entre si, mas de um espaço teórico no qual se observa relações nas produções de sentido. Da mesma forma que uma mesma palavra, expressão possam ter diferentes sentidos, igualmente evidentes, a depender da formação discursiva a partir da qual foram produzidas, poderíamos dizer que palavras, expressões diferentes poderiam ter o mesmo sentido, em uma formação discursiva dada. E isso pode ser observado pelas relações de substituições, paráfrases, sinônimas em uma formação discursiva.

Dessa forma, compreendemos que é necessário compreender as formações discursivas para que possamos entender o processo de relação dos sentidos e ideologia. É a partir dessas formações que chegamos ao interdiscurso, que conforme Orlandi (2010, p. 18), é:

[...] constituído de todo dizer já dito. Ele é o saber, a memória discursiva. Aquilo que preside todo dizer. É ele que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, experimentadas. E é pelo funcionamento do interdiscurso que o sujeito não pode reconhecer sua subordinação-assujeitamento ao Outro.

Segundo Noronha, o Outro nesse caso é definido como o interdiscurso. Assim, para que uma palavra produza sentido, é necessário que ela já tenha sentido. Dessa forma, entramos no conceito do já-dito, que de acordo com a autora deriva sua impressão do pré-construído, fazendo com que um dizer já possua sentido. Noronha diz que (2017, p. 31) “o pré-construído remete a uma construção que é anterior e independente daquilo que está sendo enunciado”. Ou seja, esse sentido já está inscrito na história, pois em algum momento já foi dito, por isso, a Análise de Discurso afirma que não somos donos do nosso dizer, pois em algum lugar e em algum momento, ele já foi dito.

De acordo com Orlandi (2010, p. 18), “chamamos de pré-construído, a impressão do sentido lá que deriva do já dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo o dizer”. Assim, conforme Orlandi (2010), compreendemos que o pré-construído antecede o discurso, isto é, é um já dito e ao mesmo tempo fundamento para o que será dito.

Esse conceito se relaciona com o interdiscurso, que segundo Orlandi (*Ibidem*):

[...] é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva. Aquilo que preside todo dizer. É ele que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, experimentadas. E é pelo funcionamento do interdiscurso que o sujeito não pode reconhecer sua subordinação-assujeitamento ao Outro, pois, pelo efeito de transparência, esse assujeitamento se apresenta sob a forma da autonomia.

Segundo a autora, esse Outro aí é o interdiscurso. Assim, para que um dizer tenha sentido, é preciso que este já faça sentido. Esse é o efeito do já-dito, do interdiscurso e consequentemente do Outro. Em suma, o interdiscurso é a constituição de um discurso relacionado com outro já existente (já-dito).

A Análise de Discurso não trabalha apenas os dizeres, mas leva também em consideração o que não é dito, pois entre o dizer e o não dizer, desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. Ou seja, o dizer coloca-nos em relação com o não-dizer/não dito, atualizado pelo silêncio que acompanha e trabalha, necessariamente, a presença de (outros) sentidos possíveis. Através de nossa análise, buscaremos dar visibilidade a esse espaço.

Outro conceito muito importante na Análise de Discurso, com o qual operaremos no decorrer de nosso trabalho, são as formações imaginárias. Essas formações são resultado de processos discursivos já ocorridos e se dão no processo discursivo. Sendo assim, conforme

Orlandi (2010), elas não tratam de seres ou lugares físicos, mas de suas próprias imagens, que resultam de sua projeção. Essas projeções permitem a passagem do empírico para as posições do sujeito no discurso. Por isso, a Análise de Discurso diz da posição que o sujeito está inscrito (posição-sujeito), o que distingue “lugar” de “posição”. A “posição” para Orlandi (2013) é ocupado para ser sujeito do que diz e o “lugar” é de onde está sendo dito.

Segundo Mariani (2016, p. 39):

Imaginário, na perspectiva discursiva, é um conceito analítico que se forja e entra como operador de análise entremeadado a inúmeros outros conceitos, como ideologia, inconsciente e simbólico, simbólico tomado como ordem significante e, nessa medida, sujeito à falhas e deslizos. Por isso, é bom lembrar que a imagem do lugar de onde se fala não é a garantia de nada, ao contrário, essa imagem pode se desfazer no próprio ato de tomar a palavra.

Assim, compreendemos por imaginário um conceito que funciona concomitantemente a partir de outros, como citado pela autora: ideologia, inconsciente, simbólico, etc. De acordo com a autora, é o ideológico que produz evidências imaginárias de sentido para a chamada “realidade”. Assim, o jogo de formações imaginárias x realidade se inicia a partir da imagem que o sujeito tem da posição que este ocupa ao enunciar. Diante disso, de acordo com a nossa teoria de base, podemos definir imaginário como a projeção que temos do outro. Ou seja, a imagem que alguém transmite ou a imagem que a sociedade tem desse sujeito é o que constitui o imaginário.

Dessa maneira, para compreendermos o modo como se constituiu o imaginário sobre a mulher, iniciaremos um percurso histórico-discursivo a partir da Grécia Antiga (séculos 4 e 5 a.C). De acordo com nossa leitura de Silva (2013), observamos que nesse período na Grécia Antiga se pregava que a mulher não deveria possuir quaisquer direitos jurídicos, escolares e nem sobre ela mesma. Para esse povo, a mulher deveria submeter-se ao seu senhor (pai, marido ou irmão), de forma que sempre estivesse disponível para realizar seus desejos e necessidades. Já o papel do homem era ser “chefe” do lar. Desde pequenos, tinham acesso à educação e mais tarde aos interesses sociais da família/sociedade. Enquanto isso, a mulher era treinada tanto para servir, como também realizar tarefas domésticas.

A igreja católica buscava, de certa forma, “castrar” a sexualidade da mulher, utilizando como argumento o fato do homem ser considerado superior e detentor da autoridade. Sendo assim, as mulheres deveriam ser vigiadas durante toda sua vida. Por este motivo, os casamentos aconteciam sem total consentimento da mulher, uma vez que a família visava o enriquecimento através desta “negociação” que era o enlace matrimonial.

A virgindade da mulher era sempre vigiada pelo pai ou irmão, pois o homem que se casasse com ela deveria ter certeza de que o filho era o seu verdadeiro herdeiro. Ao se casarem, as mulheres prosseguiam à lua de mel sem informação alguma sobre o ato sexual. A igreja católica pregava que a mulher não deveria sentir o prazer, pois o sexo deveria ser praticado apenas para a procriação e não para o prazer.

Assim, casamentos não se tratavam de laços afetivos, mas de contratos econômicos entre duas famílias. Além disso, a fecundidade era primordial no casamento, enquanto a esterilidade era repudiada e o adultério poderia levar até a morte da mulher.

As mulheres eram incumbidas de gerar e de cuidar dos filhos, da casa e do marido, assim, eram discriminadas e tratadas como servas do lar e da procriação. A educação e a instrução eram dadas ao sexo masculino, pois mulheres que sabiam demais eram consideradas incapazes de futuramente ser uma mãe de família, por isso pregava-se que uma mulher correta e honrada era aquela que permanecia sempre calada.

Segundo Ribeiro (2000), durante o período que o Brasil era colônia de Portugal, era imposto que a mulher deveria se dedicar apenas ao esposo, ao lar e às tarefas religiosas, lhe era imposto pelo pai ou irmão, o marido a que ela se uniria matrimonialmente, assim, antes de morrer, seu cônjuge deveria escolher outro homem para se casar com sua esposa. Além disso, as viúvas tinham seus bens administrados por um parente próximo, que poderia tomá-la como esposa, se fosse de sua vontade.

De acordo com a autora, as mulheres ficaram totalmente expostas a serem enganadas devido à falta de instrução e o conhecimento de leitura. Muitas vezes eram passadas para trás até mesmo pelo pai ou pelo próprio marido, que ficavam com seus bens e propriedades ilicitamente ao falsificar documentos e escrituras. Além disso, era vedado a elas propagarem algum tipo de ideia ou pensamento, ou seja, era proibido que as mulheres tivessem “razão”. Dessa forma, elas eram depreciadas em meios religiosos, científicos, filosóficos ou qualquer outro âmbito, não só o acadêmico, como o social.

Segundo Silva (2013), um exemplo disso pode ser dado pela mitologia grega, que, apesar de possuir mulheres representando a figura das deusas – como é o caso de Atena (deusa grega da sabedoria e da arte), Afrodite (deusa do amor) ou Minerva (deusa da sabedoria e do conhecimento) – elas estavam sempre atrás de uma figura masculina, representada por um deus grego. A deusa Minerva, por exemplo, veio ao mundo através da cabeça da figura de seu pai, o deus Zeus (deus dos trovões), demonstrando a supremacia masculina e a pouca ou nenhuma importância que a mulher tinha naquela época.

Perrot (1998, p. 8) diz que:

O lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental, o qual desde a Grécia antiga, pensa mais energeticamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder. “Uma mulher em público está sempre deslocada”, diz Pitágoras. Prende-se à percepção da mulher uma ideia de desordem. Selvagem, instintiva, mais sensível do que racional, ela incomoda e ameaça.

A partir da afirmação da autora, podemos observar a falta de lugar da mulher em locais públicos, por ser vista socialmente como ameaça ou incômodo. Segundo Perrot (1998), a mulher era vista como um ser benéfico apenas em suas vocações: ser mãe, dona de casa, cuidadora da família e das tarefas domésticas.

Perrot (1998) afirma que a inserção da mulher ao domínio público foi denominada “feminização no mundo”, uma vez que essa “invasão” do feminino ao espaço público provoca a angústia de seus próprios parceiros.

De acordo com Silva (2013), os filósofos gregos da época descreviam a mulher como um ser inferior, pois Pitágoras dizia que a mulher veio das trevas¹, enquanto Aristóteles afirmava que o ser feminino era um homem incompleto que tinha como “função” abrigar e brotar o fruto que provinha do homem. Outro exemplo de interiorização da mulher em Aristóteles é quando o filósofo compara o corpo da mulher com o de um animal, devido às características que considerava parecida entre ambos: possuir menos músculos, ter o pelo mais fino e a carne mais mole que a do homem. Segundo Silva (2013, p. 3), esse momento histórico é marcado pela demonstração de “[...] que os homens, pelas suas ações [...] pertencem a um sexo superior. São as suas vozes que são ouvidas, são eles que chegam a superfície do rio dos tempos. E eles falam sobre várias coisas, inclusive sobre as mulheres e seus corpos”. Essa afirmação dá visibilidade a tudo que viemos mostrando, desde o início do nosso trabalho até aqui, isto é, a desigualdade constitutiva entre os gêneros.

Os elementos que recortamos a partir da historicidade da história da mulher, vistos pelo viés da Análise de Discurso nos leva a buscar entender essa forma sujeito que estamos abordando. Assim, de acordo com Orlandi (2013, p. 51):

[...] a forma sujeito-religioso característica da Idade Média, representou uma forma-sujeito diferente da forma-sujeito jurídico. Com a transformação das relações sociais, o sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, dando

¹ SILVA, André Candido da. **Sexualidade e a história da mulher na idade média**: a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. Revista Eletrônica História em Reflexão, 2013.

surgimento ao sujeito-de-direito com sua vontade e responsabilidade. A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres.

A autora, inspirada por Haroche (1987), afirma que essa forma-sujeito se constitui como sujeito livre para fazer suas escolhas e ao mesmo tempo livre para se submeter. A constituição do sujeito de direito é a constituição do sujeito livre e submisso. O sujeito-de-direito, formado pela estrutura social denominada capitalista, caracteriza-se por uma determinação e por processos de individualização do sujeito pelo Estado, este último é fundamental para que o capitalismo reine.

Segundo Haroche (1992, p. 158), “[...] o sujeito não é livre, “ele é falado”, isto é, dependente, dominado. O conteúdo do texto difere, mas qualquer que ele seja, a dependência do sujeito ao texto, sua determinação pelo Texto, estão asseguradas”. Assim, conforme a autora, o sujeito é determinado através do texto e não por si só, pois o sujeito não significa e nem produz sentido sozinho.

A história de constituição acerca do imaginário feminino passou a sofrer consideráveis mudanças devido à sua resistência, que mesmo com toda a tentativa de silenciamento e imposição da submissão, as mulheres lutaram e resistiram para obter seu espaço na sociedade.

Segundo Orlandi (2016, p. 153):

Há segundo o que pensamos, discursivamente, a interpelação do indivíduo, afetado pela língua, em sujeito, pela ideologia. E isto produz a forma-sujeito-histórica que todos somos, ou seja, o sujeito moderno. Como sabemos, a forma-sujeito-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus deveres e direitos e sua livre circulação social. Em um segundo movimento, há individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, discursos resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade.

De acordo com a autora, o homem é caracterizado como um sujeito sócio-histórico e simbólico. Assim, de acordo com Orlandi (2016), é a partir desse processo de individu(aliz)ação que os sujeitos ficam diante da forma como as instituições os individua(aliz)am. É isso que nos permite pensar a reprodução enquanto resistência, a ruptura e os movimentos.

Orlandi (2016, p. 230) diz ainda que:

[...] podemos considerar que a questão da resistência está, de um lado, vinculada à relação entre forma-sujeito-histórica e a individuação pelo Estado; de outro, pelo processo de identificação do sujeito individuado com a formação discursiva em sua vinculação com o interdiscurso.

Assim, é só através da necessidade histórica da resistência que ocorre a ruptura quando a língua falha na falha da ideologia, enquanto o Estado falha através de sua articulação do simbólico com o político. Sendo assim, a resistência ocorre devido uma necessidade e não por uma vontade. Para a autora, é no lugar da individuação que o sujeito pode resistir, em outras palavras, o indivíduo enquanto sujeito individuado é o que dá lugar a resistência. Orlandi (2016), ainda afirma que a resistência é produzida nas formas de assujeitamento do capitalismo, porém, não ocorre de forma heroica, mas a partir de uma divergência de sujeitos que insistem em (r)existir.

O movimento feminista foi um marco muito importante em mudanças positivas dando um rumo diferente à história de luta das mulheres, porém, a luta das mulheres em prol aos seus direitos antecede o movimento, pois não haveria a sua criação, se antes disso as mulheres não tivessem resistido, pois antes do movimento feminista, já existia o feminismo internalizado nas mulheres. O feminismo é então um processo constante, é um ato de resistência que sempre esteve presente nessa história de luta da mulher. A partir da criação do movimento feminista, a luta tomou ainda mais força, fazendo com que ocupassem seu lugar na sociedade, embora essa luta perdesse até os dias atuais.

A revolução industrial² que ocorreu entre os séculos XVII e XIX também teve sua contribuição para que a mulher passasse a ocupar cargos para além dos quais exercia como donas de casa, porém, isso não teria efeito algum se não fosse a resistência feminina e a sua reivindicação por esse lugar. Pêcheux (2009, p. 281) nos ensina que “não há dominação sem resistência”, segundo o teórico é preciso “ousar se revoltar”, esse é o primeiro passo da luta de classes.

Contudo, mesmo conquistando o direito de trabalhar, as mulheres continuaram subordinadas ao homem, pois seu papel enquanto trabalhadora sempre esteve abaixo do homem, ou seja, mesmo ao ingressar no mercado do trabalho e conquistar, pouco a pouco, espaço na sociedade, as mulheres continuaram se sujeitando ao homem. Isso porquê “a autonomia das mulheres é, em todo mundo, um desafio” (PERROT, 1998, p. 153).

Ao começar a ocupar o mercado de trabalho, a mulher continuou exercendo ainda o papel de dona de casa, pois este papel, considerado como função “principal” da figura feminina,

² A Revolução Industrial iniciou-se na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção, quando, a burguesia industrial visando maiores lucros, custos menores e rápida produção, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/revolucao-industrial/> > Acesso em 04 de Maio. de 2017.

está constitutivamente associado à imagem a mulher, tal qual o papel de mãe e esposa. Em decorrência, as mulheres ocupam cargos hierarquicamente mais baixos, recebem salários menores, possuem menor estabilidade trabalhista e piores condições de trabalho, se comparadas aos homens.

De acordo com Pena (1981), a necessidade de mão-de-obra feminina aumentou consideravelmente depois da II Guerra Mundial, quando, na Inglaterra, as mulheres, independente do estado civil, foram convocadas ao mercado de trabalho. A partir disso, surgiu a necessidade de se criar creches públicas, para que as mães tivessem onde deixar seus filhos para poder trabalhar. Todavia, essas creches foram fechadas após a guerra, pois não havia mais necessidade desse estabelecimento escolar, já que, com a volta dos homens ao trabalho, as mulheres acabaram sendo despedidas de seus empregos. A razão de se dar prioridade trabalhista ao homem fazia-se pela alegação de que a qualidade do trabalho feminino e masculino eram qualitativamente distintas, ou seja, a mulher era “menos produtiva” que o homem, uma vez que possuía menos tempo de treinamento.

Conforme Pena (1981), a total inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu a partir do desenvolvimento da indústria moderna. Segundo a autora, isso aconteceu devido ao fato de o capital não tratar mais o trabalhador como uma ferramenta manual, mas como um operador de máquinas. A partir desse movimento, a mulher finalmente se tornou uma trabalhadora assalariada, pois o processo de trabalho comandado por máquinas acabou substituindo a força masculina, tornando a mulher mais apta a realizar os comandos de produção. Trabalhar fora fez com que as mulheres adquirissem independência perante o homem, sendo este o marco da sua “libertação” diante do sexo masculino e da sociedade.

A afirmação de Pena (1981) faz com que haja um apagamento na história da luta da mulher. A inserção feminina ao mercado de trabalho não ocorreria se não houvesse desde o início a resistência e a luta da mulher em prol aos seus direitos.

Como vimos mostrando, o processo de mudança da história feminina foi longo e árduo, assim, foi só a partir do século XX que as mulheres passaram a ter direito à educação escolar e ao conhecimento científico, quando passaram a frequentar as mesmas salas de aula de homens e a ocupar setores jamais destinados ao sexo feminino. Dessa forma, um dos primeiros papéis que puderam exercer profissionalmente foi o de operadora de máquinas industriais.

Contudo, as conquistas não vieram de forma fácil, pois, as mulheres continuaram a ser constantemente humilhadas, uma vez que, mesmo exercendo cargo igual ao dos homens, recebiam salários menores e trabalhavam por mais tempo, chegando até a 16 horas de serviço por dia. Além da desqualificação do trabalho, houve também uma grande resistência masculina

à introdução das mulheres no universo fabril, uma vez oporem à mudança dos seus papéis – de doméstico e materno para o industrial.

Segundo Pena (1981, p. 82), no país,

[...] o pagamento igual pela mesma tarefa é norma constitucional desde 1937; o salário mínimo foi unificado para homens e mulheres na Consolidação das Leis do Trabalho, em 1944 e, não obstante, as ocupações femininas foram ainda mais descriminalizadas. Afinal, os regulamentos oficiais tornaram o trabalhador masculino mais atraente – recebendo o mesmo salário: ele não é tão protegido e não fica grávido.

Como citado, mesmo sendo assegurado constitucionalmente que homens e mulheres, desde a década de 70, devessem receber salários iguais ao ocuparem o mesmo cargo, as mulheres ainda sofrem em razão da desigualdade de direitos. Conforme a autora, o homem é visto de forma mais atraente devido ao fato de não engravidar e de não ter as mesmas garantias legais que as mulheres. Dessa maneira, a preferência de uma vaga de emprego disputada entre ambos os sexos, possivelmente será do homem, o que se instala como uma contradição entre o que está legislado como direito na Consolidação das Leis do Trabalho e o que é efetivamente praticado nas relações sociais e trabalhistas.

Dessa forma, é preciso questionar as razões que fazem com que mulheres que atuam nas mesmas funções que os homens recebam menores salários, que não possuam os mesmos direitos e que não sejam valorizadas do mesmo modo, pois, apesar das conquistas que as mulheres obtiveram ao longo da história de luta por, ainda não são tratadas nas mesmas condições que os homens. Assim, mulheres que ocupam cargos considerados “masculinos”, por exemplo, sofrem preconceito e não gozam dos mesmos direitos, mesmo ocupando cargos iguais aos de muitos homens.

Além disso, outra problemática é o assédio que diversas mulheres sofrem nos ambientes de trabalho, caracterizando a falta de respeito e as condições indignas a que estão expostas nesses espaços, pois passam por situações humilhantes e por constrangimentos, através de tentativas de controle, obrigação de ouvir frases que causam desconforto, vergonha e medo. Por isso, a ênfase reduzida à conquista de espaço social pela mulher, apaga um dos lados da história, o lado da desigualdade de gênero, ainda tão presente em nosso meio.

1.1 Movimento Feminista

Antes de trazermos para discussão o movimento feminista, é importante nos atermos à luta por direitos iguais que antecede a sua criação. Essa luta iniciou-se a partir da Revolução Francesa (1789 – 1799), assim sendo, creditar as conquistas apenas ao movimento feminista é apagar o percurso histórico de lutas e de avanços até o momento. Contudo, antes devemos frisar que como vimos até agora, as mudanças só ocorreram devido aos atos de resistência da mulher. Se não houvesse resistência, possivelmente sua inserção ao mundo do trabalho jamais ocorreria.

A Revolução Francesa marcou a primeira participação política e coletiva da mulher e, embora não significasse a obtenção dos mesmos direitos que os homens, tornou-se o marco do início das mudanças sociais e culturais obtidas pelo sexo feminino. Essa Revolução foi uma grande referência na história feminina, uma vez que a mulher participou/posicionou-se, pela primeira vez, em um movimento político e social³, embora, como vimos anunciando, esse acontecimento histórico não modificasse a realidade feminina, mas fizesse com que se instalasse o início de uma longa jornada de luta por direitos de igualdade.

A partir desse marco histórico, as mulheres foram convocadas a ocupar o mercado de trabalho, assim, mesmo que as condições empregatícias fossem totalmente desumanas, com salários menores, com horas a mais de trabalho e sem direitos trabalhistas, as mulheres passaram a ingressar nas fábricas. Conseqüentemente, para adaptar-se à nova rotina, começaram a adiar a maternidade ou a reduzir o número de filhos, para que pudessem compatibilizar os cuidados com o lar e com a família com os do trabalho no mercado.

Podemos afirmar que, embora a Revolução Industrial tenha contribuído para que a mulher finalmente ingressasse no mercado de trabalho, esse momento histórico marcava apenas o início de muita luta pela garantia do espaço reivindicado. Contudo, foi a partir dessa Revolução que esse grupo de mulheres, que lutava por seus direitos, ficou conhecido como *feminismo emancipatório*, que marcou o início da luta pelos direitos trabalhistas.

Segundo Perrot (1998, p. 91), “[...] entender as proibições é também compreender a força das resistências e a maneira de contorna-las ou subverte-las”. A autora ainda diz que as frentes de luta das mulheres costumam causar violenta reação dos homens por não aceitarem o sexo feminino ocupar pouco a pouco seu lugar na sociedade. Isso passa a sofrer consideráveis mudanças a partir da criação e fortalecimento do movimento feminista.

³ A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES TEÓRICAS A PARTIR DA DESIGUALDADE DE GÊNERO. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-insercao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-reflexoes-teoricas-a-partir-das-desigualdades-de-genero.pdf>> Acesso em 08 de Nov. de 2018.

De acordo com o artigo “Introdução básica ao feminismo” do *site* Todas Fridas, o termo “feminismo” surgiu a partir da escritora, ativista e feminista Rebecca Walker, cuja escritas baseavam-se no fim da opressão da mulher. Segundo a autora, o movimento feminista é marcado por três fases:

1) Século XIX: início da luta pela igualdade entre os gêneros, marcado pelo posicionamento contrário aos casamentos arranjados e à ideia de posse masculina sobre sua companheira e filhos. Incentivo às campanhas pela liberdade sexual e pelo direito de se relacionar livremente com outra pessoa, enfatizando o combate ao preconceito.

2) Anos 60 a 80: intensificação da luta contra a discriminação e criação da luta pela “libertação” das mulheres através do slogan “Women’s Liberton”⁴.

3) Década de 90: discussões em torno de questões culturais e sociais acerca do chamado “feminismo da diferença”, ou seja, as diferenças socialmente impostas entre os gêneros. Além disso, a inserção da luta pela integração e participação da mulher negra na sociedade.

Para Fontana e Ferrari (2017, p. 10):

As mudanças provocadas pelo feminismo no discurso político e, por sua vez, o confronto social e racial que se deu no interior do discurso feminista, são assumidos aqui como uma possibilidade de subjetivação na resistência à dominação ideológica. A partir do questionamento dos espaços da política e do privado, o feminismo produziu um acontecimento histórico, e desta forma, rompeu o círculo de repetição da condição das mulheres, tornando-as visíveis para si mesmas e convidando-as à constituição de coletivos de luta.

Nesse sentido, o feminismo além de representar a resistência por parte das mulheres, também visava a luta por melhores condições de vida para as mulheres: acesso à educação, emprego, integração na política, divórcio e, acima de tudo, direitos iguais para homens e mulheres. Dessa forma, foi a partir do surgimento desse movimento, no século XVIII, que as mulheres passaram a lutar pela igualdade de direitos entre os gêneros. Contudo, o movimento feminista só impulsionou e ganhou força a partir do século XIX, com a luta das inglesas por seus direitos, o que resultou na primeira conquista do movimento: o direito ao voto.

Dentre as inúmeras conquistas desse grupo, que visava a “libertação” do sexo feminino, estão: licença maternidade, criação de delegacias da mulher, poder de se candidatar para concorrer às eleições, ocupação de cargos que antes eram considerados exclusivos de homens (mecânico, motorista e até Presidente da República).

⁴ Em tradução livre “Libertação Feminina”.

Com relação ao movimento – que, ainda hoje, possui vários opositores; a crença de que há uma base machista embutida na sua proposta de igualdade; e pessoas que não o tomam como forma de resistência – não há como negar as inúmeras conquistas desencadeadas por um grupo de mulheres que tomou posição e que lutou por seus direitos.

Um grande nome que representa uma conquista marcante que veio através do surgimento do movimento é Dionísia Gonçalves Pinto, popularmente conhecida como Nísia Floresta, considerada a primeira educadora feminista do Brasil. De acordo com o artigo “Nísia Floresta: a primeira educadora feminista do Brasil” do site Educação Integral, a autora do livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens* e mais quatorze obras que tratavam sobre desigualdade para com as mulheres, escravos e índios, fundou aos 28 anos uma escola para meninas. Diferentemente das escolas que aceitavam mulheres, mas só ensinavam a moral e bons costumes de uma mãe e esposa, além de trabalhos manuais e domésticos, a escola fundada por Nísia Floresta ensinava gramática, leitura e escrita da língua portuguesa e de outras línguas, matemática, ciências, música e dança.

Todavia, apesar da gloriosa conquista, Nísia Floresta sofreu ataques pedagógicos e sociais pelo trabalho que estaria realizando. Jornais tentavam de qualquer forma a depreciar, porém, a luta continuava e graças a primeira feminista e primeira educadora feminista do Brasil, as mulheres ganharam espaço na educação, abrindo portas para demais conquistas.

Já no ano de 1910 é criado o PRF (Partido Republicano Feminino) objetivando integrar as mulheres à política, combater a exploração relativista entre os sexos e lutar para que a mulher tenha direito ao voto. Contudo, só em 1928 as mulheres começaram a se integrar na política. A primeira mulher brasileira foi eleita à prefeita – Alzira Soriano⁵. Alzira foi a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade. Por volta de quatro anos depois as mulheres passaram a ter o direito ao voto.

Outra conquista marcante foi no ano de 1940, através da Lei nº 2.848⁶, quando foi parcialmente legalizado o direito ao aborto, podendo ocorrer em situações de estupro ou de gravidez de risco. Mais adiante, na década de 60, foi permitido que a mulher frequentasse o mercado de trabalho sem precisar da autorização do cônjuge, posteriormente, na década de 70 as mulheres conquistaram o direito ao divórcio.

Com base em tudo que estudamos até agora, é importante nos atentarmos ao fato de que o processo das conquistas femininas foi bastante vagaroso. Além disso, observamos também

⁵ Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/287411-1>> Acesso em 10 de Out. de 2018.

⁶ Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/444744.pdf>> Acesso em 10 de Out. de 2018.

que as lutas travadas não eram por direitos absurdos, e sim atos simples que fariam toda a diferença para a liberdade e direito da mulher. Embora haja muitos direitos já conquistados, a luta ainda continua.

Atualmente, as feministas lutam pelo direito da legalização ao aborto - que por enquanto é só parcial - defendendo que devem decidir se querem ou não gerar o filho e de total decisão sobre seu próprio corpo. Além disso, apesar da inserção da mulher na política ainda é considerado muito baixo o índice de envolvimento da mulher nessas questões. Por isso, a luta por espaço ainda é grande, aliando-se juntamente à luta pelo fim da discriminação, do assédio e principalmente da violência contra a mulher.

Esse tipo de violência se dá através de atos agressivos tanto físicos, quanto verbais. Existem diversos tipos de violência: violência física, psicológica, moral, sexual etc. Além disso, o assédio, tortura, exploração sexual, perseguição e feminicídio são atos recorrentes em nossa sociedade, que ferem os direitos humanos e são caracterizados como crimes hediondos.

De acordo com Heise (1994, p. 136), a violência fundamentada no gênero é:

[...] o comportamento prejudicial do homem que é dirigido às mulheres e meninas com quem esteja coabitando, incluindo abuso para com a esposa, agressão sexual, assassinato, estupro matrimonial, prostituição forçada, mutilação genital feminina e abuso sexual de meninas.

A violência contra a mulher está inserida no meio social há muito tempo e ainda continua presente diariamente em nosso cotidiano. Além disso, é um assunto muito complexo e delicado. Por isso, nos deteremos no tópico a seguir na Lei Maria da Penha e demais órgãos de proteção e apoio à mulher.

1.2 Lei Maria da Penha e Órgãos de Proteção à Mulher

A violência é caracterizada por atos agressivos e depreciativos manifestados em qualquer forma de relação entre ambos os sexos, que envolvem discriminação e preconceito, podendo ocorrer de diversas formas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseando-se na década de 1980, cerca de 63% da violência física praticada contra a mulher, acontece dentro da própria residência da vítima, e são na maioria das vezes praticada por seu parceiro. Além disso, 11% das mulheres brasileiras, já sofreram agressão física pelo menos uma vez e, ainda, de acordo com a pesquisa do IBGE em nosso país, a cada

dois minutos, cinco mulheres são espancadas. A cada onze minutos ocorre um caso de estupro e a cada noventa minutos um feminicídio.

Conforme a matéria da Revista Veja (2017), a palavra feminicídio se diferencia de homicídio por este segundo ser um termo genérico que designa o crime de assassinato. Contudo, não se deve compreender o feminicídio como o assassinato da mulher, mas deve ser aplicado quando a morte se dá em razão da condição do sexo feminino, por isso a necessidade de diferenciar ambas palavras. Segundo a Veja, os primeiros registros desse termo foram em inglês e se deram no século XIX, mas só tomou força com a luta das feministas em 1970. Podemos visualizar aí um deslocamento na materialidade da língua, que se relaciona com a luta das mulheres, isto é, mais uma conquista surgindo a partir da resistência feminina em busca de seus direitos.

De acordo com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (2013, p. 7) “feminicídio é o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres”. Segundo a Comissão, podendo ser chamado de femicídio ou feminicídio, esse ato de violência contra a mulher ocorre na maioria dos casos no âmbito doméstico, praticado em quase todos os casos por parceiro íntimo, familiares ou amigos. Os países com os maiores índices de feminicídio, apresentam em maior proporção a utilização da arma de fogo. Segundo a Comissão Parlamentar (2013), a antropóloga Rita Segato esclarece que o feminicídio não atinge o indivíduo, mas a sua categoria pertencente.

Uma das grandes conquistas das feministas em relação à luta contra a violência contra a mulher foi a criação de Delegacias de Defesa da Mulher (DDM). Essas delegacias surgiram na década de 1980, porém, ganhou reconhecimento internacional apenas dez anos depois. A primeira DDM surgiu no Estado de São Paulo, especializada em atender mulheres vítimas de violência física, moral ou sexual. Contudo, a partir de 1996 passou a atender também crianças e adolescentes vítimas desses tipos de violência.

Em 2003 é criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SNPN). Esse órgão pertence à Secretaria de Governo da Presidência da República e foi criado visando o estabelecimento de políticas públicas que favorecem as mulheres. Foi através desse órgão que foi criado o ligue 180 para servir de canal de denúncia em situações de violência contra a mulher.

Segundo Reis (2017), criada no dia 07 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha leva o nome de Maria da Penha Maia Fernandes como forma de homenagem à cearense que sofreu tentativas de homicídio de seu companheiro. Uma delas foi um tiro nas costas enquanto dormia que acabou deixando Maria da Penha paraplégica. Após esse ocorrido, seu esposo também

tentou matá-la por eletrocussão e afogamento durante o seu banho. Após 23 anos de casamento, sofrendo maus tratos durante todo esse tempo, Maria da Penha acionou a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para que intervissem e punissem seu agressor.

Segundo Reis (2017, p. 24)

Após a intervenção da OEA e as denúncias de que o Estado brasileiro estaria tolerando as violências sofridas por Maria da Penha, a lei foi finalmente criada no dia 07 de agosto de 2006, sendo aprovada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, a Lei nº 11.340/06 foi nomeada como “Lei Maria da Penha” em homenagem à história de sofrimento e de luta por justiça e pelo fim da impunidade aos agressores de mulheres em seus próprios lares. Desse modo, o acontecimento protagonizado por Maria da Penha marcou sua vida de maneira a torná-la um símbolo na luta contra a violência sofrida por ela própria e por milhares de mulheres em todo o país, pois, a partir do seu ato, instalou-se no Brasil um processo de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Delegacia de Defesa da Mulher teve duas fases: uma anterior à Lei Maria da Penha, e a outra posterior à lei. Antes do surgimento dessa Lei, a Delegacia costumava atender vítimas que sofriam violências físicas e sexuais cometidas por pessoas desconhecidas, já após a Lei Maria da Penha, as vítimas passaram a denunciar agressões que sofriam dentro de sua própria residência, geralmente cometida por um parceiro íntimo. Além disso, a partir da criação da lei, alguns serviços da DDM passaram a ser mais ágeis, como por exemplo o afastamento do agressor, que antes era necessário o pedido do juiz. Apesar das Delegacias especializadas serem uma conquista, elas são o próprio discurso da Lei, que por sua vez, trata-se de uma imposição. Essa Lei decorre de uma luta, pois foi através disso que as mulheres foram asseguradas juridicamente através de um decreto criado com o objetivo de protegê-las.

O ato da denúncia não precisa ser necessariamente realizado na Delegacia, podendo ser feito através da Central de Atendimento à mulher pelo número 180. A vítima não precisa se identificar, caso não se sinta confortável para isso. Além disso, a denúncia é gratuita e pode ser feita em qualquer horário, pois os serviços da Delegacia de Defesa da Mulher funcionam 24 horas por dia.

Em 2014, foi lançado pela Secretaria de Políticas para Mulheres em parceria com a ONU Mulheres e a Embaixada Britânica, um aplicativo de celular chamado “Clique 180” para auxiliar mulheres vítimas de violência e combater esse tipo de crime. Nesse aplicativo a mulher é informada sobre a atitude que deve tomar caso sofra algum tipo de violência.

Além disso, a plataforma conta com um link que dá direto a Central de Atendimento à Mulher. Todavia, até o momento o sistema é liberado apenas para Android, sem previsões de liberação para IOS e ainda não é tão conhecido e divulgado como deveria ser.

O aplicativo funciona da seguinte forma: ao abrir a ferramenta, há uma tela com frase motivacional que serve como disfarce caso a vítima esteja próxima ao agressor. Posteriormente, ao tocar quatro vezes seguidas na tela a plataforma se abre. De todas as opções fornecidas pelo aplicativo, a principal delas é a Central de Atendimento à Mulher. O aplicativo também consta com uma lista de tipos de violência, as descrevendo e informando as atitudes a serem tomadas. A usuária tem acesso a Lei Maria da Penha através dessa plataforma, para estar ciente das medidas protetivas garantidas pela lei.

Além de todas as funções citadas anteriormente, o aplicativo também consta com a função “minha cidade mais segura”, onde a mulher é informada de locais que não são seguros em sua cidade, sendo informada de ruas sem iluminação, de locais que ocorrem mais furtos, etc. A usuária pode também colaborar indicando pontos de sua cidade que representam perigo.

Por fim, através da opção de Rede de Atendimento, a mulher pode encontrar os Centros e Delegacias mais próximas especializadas no atendimento a mulheres que sofreram algum tipo de violência. Com o crescimento da violência doméstica, esses tipos de ferramentas são fundamentais para incentivar a denúncia e manter as mulheres devidamente informadas e orientadas de seus direitos. Segue abaixo algumas fotos do aplicativo “Clique 180”:



Aplicativo “clique 180”⁷

⁷ Disponível em: <https://olhardigital.com.br/dicas_e_tutoriais/noticia/como-usar-aplicativo-que-combate-violencia-contra-mulher/74424> Acesso em 08/07/2018.

Ao abordarmos a Lei Maria da Penha, é importante citarmos o Capítulo II do Título II da Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulado “*Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher*”, que relata sobre o que é caracterizado violência contra o sexo feminino e descreve esse tipo de violência:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Nesse sentido, podemos visualizar que esta Lei reconhece a condição da mulher em relação ao homem, principalmente em situações de perigo em que a vítima se encontra. Dessa forma, a Lei age intervindo em situações de risco ou onde a prática da violência física, psicológica ou sexual foi praticada, dando assistência, atendendo e orientando a vítima. Assim, essa legitimidade tem possibilitado que a mulher diga e se exponha e não tenha mais tanto receio de denunciar a agressão e o agressor.

Com base nisso, fizemos uma pesquisa sobre as formas de acolhimento do Estado às mulheres, e constatamos que existem diversos serviços especializados de atendimento à mulher, falaremos brevemente de alguns. De acordo com a matéria sobre “Serviços especializados de atendimento à mulher”, no site do Senado, o *Centro Especializado de Atendimento à Mulher* é um espaço que acolhe e orienta mulheres que sofreram algum tipo de agressão. A *Casa de Acolhimento Provisório*, por sua vez, é um local que abriga provisoriamente mulheres em situações de risco de morte. Esse espaço abriga até quinze dias a mulher vítima de violência,

podendo acolher também seus filhos, garantindo sua integridade física e emocional, e oferecendo todos os suportes fundamentais, inclusive transporte e qualquer outro encaminhamento necessário. Já a *casa-abrigo*, trata-se de um local que serve de morada para mulheres que estejam correndo risco de vida. Esse é um local que abriga a vítima em sigilo até que chegue o momento que retornar à sua residência não represente mais um perigo.

Nesse sentido, observamos que há diversos tipos de serviços especializados no atendimento de mulheres vítimas de violência. Contudo, também devemos observar, que apesar da existência desses programas, das campanhas que buscam impulsionar a denúncia e diversos outros meios de proteção, auxílio e encorajamento da figura feminina, a violência, seja ela qual for, deixa marcas permanentes na mulher. Não estamos falando apenas de cicatrizes, mas de marcas psicológicas que permanecem pelo resto da vida.

A violência psicológica é marcada pelo silenciamento e o apagamento do sujeito. Esse tipo de violência é constituído pela subjetividade, por isso sua identificação é mais difícil. Nesse caso, o sujeito sofre violência de forma inconsciente, ou seja, sem perceber que sofre violência psicológica, aceita e convive com a ameaça, humilhação, constrangimento.

Por ser silenciosa, esse tipo de violência pode até causar mais danos que uma violência física, pois é marcado pela constância, dificultando ainda mais o ato da denúncia. Orlandi (2015, p. 31) diz que “o silêncio não fala. O silêncio é. *Ele* significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é”. Ou seja, o silêncio também está produzindo sentido, uma vez que, quem silencia-se também diz. Sendo assim, a violência psicológica também produz sentido, pois ao silenciar-se, está dizendo do medo, do isolamento e também da opressão, destruição e diversos outros danos que essa violência está causando na vida do sujeito.

A violência em casos de parceiros íntimos, por sua vez, geralmente surge a partir de discussões entre o casal, em que em um momento de tensão o homem acaba agredindo sua parceira. Em alguns casos, o uso de bebida alcoólica está presente nesses tipos de situações. Assim, a figura masculina, comumente utiliza como justificativa o álcool ou o fato de estar nervoso por questões de trabalho, etc., ou até mesmo culpa a mulher de tê-lo feito agredi-la, a manipulando e fazendo acreditar que isso não irá mais se repetir. Contudo, a partir disso as agressões passam a se tornar frequentes, envolvendo também agressões verbais, psicológicas, etc.

Em um primeiro momento, ocorre violências verbais, xingamentos, torturas psicológicas, acarretando juntamente disso os primeiros tapas, chutes ou empurrões, que são agressões que acabam passando despercebidas pela vítima. Posteriormente, os atos agressivos passam a ser mais frequentes e cada vez mais intensos, como por exemplo: arremessar objetos

na vítima, socos ou até mesmo tentativas de homicídio. Por fim, após a vítima tentar ou mencionar o ato da denúncia, inicia-se a fase do “arrependimento”, em que o agressor diz estar arrependido, acarretando inúmeros pedidos de desculpa e promessas de mudanças. Assim, reconquista a confiança da vítima, fazendo-a pensar de que não irá mais passar por tais situações.

Esse é o ciclo repetitivo da violência, que só é quebrado com o ato da denúncia e o apoio das autoridades públicas e familiares. Violências que por vezes passam despercebidas pela sociedade e até mesmo pela vítima, acabam se tornando problemas maiores e muitas vezes levando até a uma fatalidade.

Dessa forma, a partir dos preceitos teóricos da Análise de Discurso, é importante ressaltarmos que “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2013, p. 31). Então, o fato de a vítima pensar que não está sofrendo violência ou que a situação não irá mais se repetir é dado a partir da situação que está inserida, ou seja, a partir de suas condições de existência.

A partir disso, é importante retomarmos o que foi dito no início do capítulo, quando Haroche (1992) diz que a forma-sujeito representa a “forma sujeito histórica do indivíduo” e ela não impede que a forma-sujeito mude e tome rumos diferentes durante o seu percurso histórico. Nesse sentido, para a Análise de Discurso, o sujeito que possui direitos e deveres e que é responsável por seus feitos e gestos é chamado de “sujeito-de-direito”.

Haroche (1992, p. 162, *apud* Benveniste, 1966, p. 259) afirma que

É na e pela linguagem que o homem se constitui ‘sujeito’, porque só a linguagem funda na realidade, na ‘sua’, que é a do ser, o conceito de ‘ego’. A subjetividade que tratamos aqui é a capacidade do locutor se colocar como sujeito.

É através da linguagem que o sujeito é considerado sujeito. Assim, podemos dizer que o sujeito é fruto de uma relação com o Outro e se constitui através dele. Porém, mesmo com a afirmação acima, a autora diz que a forma-sujeito representa a forma histórica de existência de todo indivíduo e isso não interfere nas diferentes formas que a forma-sujeito possa tomar no percurso da história.

Orlandi (2010), diz o sujeito é constituído através do esquecimento que o determina, pois é através da ideologia que ocorre a interpelação do indivíduo em sujeito. Essa interpelação acontece através das formações ideológicas, mais especificamente através do interdiscurso, o que fornece ao sujeito sua realidade enquanto um sistema de evidências e significações percebidas. Entretanto, não podemos confundir com um sujeito “livre”, pois, a partir dos

preceitos teóricos da Análise de Discurso, o sujeito é livre para submeter-se, ou seja, a liberdade é uma ilusão, pois o sujeito está o tempo todo submetendo-se inconscientemente.

Sobre isso, Haroche (1992, p. 68) diz que “atribui-se maior importância ao sujeito em si mesmo, a suas intenções, a suas motivações, à sua vontade: uma concepção absolutamente nova de sujeito então aparece, aliando obrigação econômica à liberdade jurídica; o sujeito torna-se, assim, “livre para se obrigar”. Segundo a autora, para agir o indivíduo precisa ter a ilusão de ser livre mesmo quando está se submetendo, esse conceito é chamado de “assujeitamento”, que, em outras palavras representa uma liberdade fictícia. Além disso, a autora diz que mesmo sendo determinado, o indivíduo para realizar a ação, tem a necessidade de ter a ilusão de ser livre ao se submeter.

Para Haroche (1992), a forma-sujeito que constitui o indivíduo em sujeito é explicada através do fato de que a ideologia possui a função de constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse sentido, a autora diz que Althusser vê a manifestação ideológica através da própria noção de sujeito, isto é, o filósofo considera a mesma coisa tanto a ideologia quanto a possibilidade de ser sujeito.

A compreensão do conceito de forma-sujeito e de todos os outros trabalhados até aqui, assim como o estudo do percurso histórico-discursivo da mulher que realizamos durante esse capítulo, contribuirá para um entendimento mais preciso de nossa análise, uma vez que estaremos os mobilizando no decorrer de todo o nosso trabalho.

CAPÍTULO II

2. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO INSTAGRAM E INSTABLOG

Neste capítulo, abordaremos sob o viés discursivo a significação da rede social Instagram. Falaremos também dos *blogs* até chegar na ferramenta que utilizaremos para realizar nossos recortes – o Instablog. Essa discussão nos ajudará a compreender as condições de produção desses dispositivos virtuais. A compreensão dessas condições de produção contribuirá para a nossa análise, uma vez que esta compreende os sujeitos e a situação, nos ajudando a entender os sentidos amplos e estritos das ferramentas em que se encontram nossos recortes de análise, ou seja, suas condições imediatas e sócio-históricas.

Criado em 2010, pelo americano Kevin Systrom e o brasileiro Mike Krieger, ex-alunos da Universidade de Stanford (EUA), o *Instagram* é hoje uma rede social conhecida mundialmente. O aplicativo foi disponibilizado primeiro na *Apple Store* e, em 2012, foi lançada a versão para Android. Em apenas um dia, a ferramenta foi baixada mais de um milhão de vezes. Em 2017 foi registrado que cerca de 700 milhões de usuários acessam diariamente a rede. A ferramenta expandiu a partir de 2012 ao ser comprada por 1 bilhão de dólares pelo criador do *Facebook*, Mark Zuckerberg. Na época, a empresa tinha apenas 13 funcionários e cada um recebeu um bônus significativo com a venda.

Em 2016, surge uma nova função chamada *Stories*, que contribuiu ainda mais para que o instagram expandisse, chegando inclusive, a criar um certo tipo de “disputa” com o aplicativo *Snapchat*, ao incluir mais uma categoria na rede social, enquanto a função do *Storie* é o único desempenho que o *Snapchat* exerce.

O diferencial do Instagram é que todos os *posts* são imagens ou vídeos, enquanto em outras redes sociais os textos, frases e outros tipos mídias são predominantes. Nessa rede, porém, os textos ou frases vem em segundo plano, sendo utilizados como legendas das fotos ou vídeos compartilhados. Recortamos alguns dados de 2017 do site *A guerra do SEO*, para compreendermos um pouco da dimensão desse fenômeno da internet que é o *Instagram*:

- A média de usuários ativos no Instagram diariamente é de 400 milhões;
- A média de usuários ativos no Stories diariamente é de 250 milhões;
- O Instagram é utilizado por 48.8% das marcas;
- A média de fotos postadas diariamente é de 95 milhões;
- 32% de toda a internet está no Instagram;
- *Posts* com pelo menos uma hashtag tem em média um aumento de 12.6% no engajamento.

O ritmo de crescimento do Instagram é o mais rápido já registrado. Em apenas quatro meses teve um aumento de mais de 100 milhões de usuários. De acordo com o site *Canal Tech*,

em 2017 o Brasil foi reconhecido como o segundo país no ranking de usuários, perdendo apenas para os Estados Unidos, que possui 45 milhões de pessoas cadastradas, representando 20% dos utilizadores da plataforma. Em seguida no ranking dos cinco países que mais utilizam o Instagram vem o Reino Unido, Japão e Indonésia.

A plataforma está à frente do *Twitter*, com quase duas vezes mais perfis, e vem se aproximando do *Facebook*, *WhatsApp* e *Messenger* que até 2017 já possuíam 1,2 bilhões cada. De acordo com o site *Marketing Digital Massivo*, atualmente o Instagram possui em torno de 800 milhões de usuários no mundo todo. A integração de Mark Zuckerberg em outras redes como o *Facebook*, *Tumblr* e *Twitter* foi uma das portas para que o Instagram crescesse rapidamente, dobrando o número de usuários nos últimos dois anos. Segundo o site, o conteúdo mais visualizado no aplicativo é o vídeo, que têm crescido 129% a mais em relação à 2016. Recortamos da plataforma dados referentes à 2018 sobre a rede social:

- A média de usuários ativos no Instagram diariamente é de 498 milhões;
- A média de usuários ativos no Stories diariamente é de 290 milhões;
- O Instagram é utilizado por 52.1% das marcas;
- A média de fotos postadas diariamente é de 95 milhões em todo mundo;
- 32% de toda a Internet mundial está no Instagram;
- Posts com pelo menos uma hashtag tem em média um aumento de 12.6% no engajamento.

Os dados mostram o crescimento significativo e repentino da plataforma. Com quase 100 milhões a mais de usuários em um ano, o Instagram vem avançando cada dia mais, tornando suas ferramentas mais acessíveis e atrativas, visando obter cada vez mais um número maior de pessoas que utilizam a rede social.

Devemos nos ater também a uma característica marcante da ferramenta: as *hashtags* são palavras ou frases que são antecidas pelo símbolo #, conhecido popularmente como “jogo da velha”. Essas palavras configuram-se como as palavras-chave da foto ou vídeo que está sendo compartilhada. Ao ser publicada, cada hashtag transforma-se em um hiperlink, que, ao clicar, direciona o usuário para uma página com posts referentes àquelas hashtags.

São utilizadas diversas hashtags em uma publicação, alguns usuários a empregam como forma de categorizar o conteúdo que está sendo postado, já outros vão além disso, e a utilizam para impulsionar sua publicação, ou seja, para que mais pessoas tenham acesso ao que está sendo postado, uma vez que ao acessar determinada hashtag, as fotos postadas mencionando essa palavra-chave aparecem para os usuários do mundo todo. A seguir, mostramos as hashtags mais utilizadas no Brasil, conforme o site *Significados* apresenta:

- **#instagood** – Típica hashtag do Instagram. Significa que o usuário sente orgulho da foto que fez e publicou.
- **#tbt** – Sigla em inglês de *Throwback Thursday*. Em português, quer dizer “voltar no tempo”. Normalmente, na quinta-feira os usuários postam fotos de quando uma pessoa era jovem, criança ou bebê.
- **#photooftheday** - "Foto do dia", em inglês.
- **#instamood** - Fotos que representam o seu estado de humor.
- **#follow** – Seguir.
- **#bestoftheday** – A melhor publicação (ou foto) feita no dia.
- **#regram** – Repostar uma imagem que alguém já tinha postado anteriormente.
- **#followback** - Indicação para seguir o usuário de volta.
- **#tagsforlikes** - A pessoa coloca várias hastags para conseguir curtidas. Uma "estratégia" muito utilizada no Instagram.

Segundo Dias (2016), as hashtags estão presentes em diversos lugares: jornais, televisão, Facebook, Twitter, etc., tendo o poder de fornecer informações, conduzir manifestações ou até mesmo fazer propaganda. Caracterizada pela cerquilha (#) e pela tag (etiqueta), a hashtag funciona como uma forma de agrupar diversas informações sobre o mesmo assunto. Segundo o autor, foi criada em 1990, mas só ganhou destaque em 2007 a partir da rede social Twitter. Em suma, seu funcionamento pode ser definido como “palavras-chaves”, uma vez que é empregado, por exemplo, em uma foto e cada hashtag são características do que está sendo postado. Assim, uma foto do céu acompanhado de hashtags do tipo #vaichover #nublado #vemchuva, caracterizam um céu escuro ou que apresenta traços de que um temporal está por vir.

Todavia, conforme Dias (2016), devemos ficar atentos ao gênero dessa palavra, pois dizer “a hashtag” refere-se à alguma palavra ou expressão, já “o hashtag”, está dizendo do símbolo (#). A hashtag pode ter diversas funções, como por exemplo, marcar um assunto, ancorar imagens, desambiguar (#sqn, #euhein, #deusmelivre), expressar opinião, divulgar produtos. Além disso, podem possuir caráter designativo, imperativo e até mesmo funcionar como legenda (fotos que possuem apenas hashtags).

Para Dias (2016, p. 197):

As *hashtags* são um dizer que se faz pertinente porque se constituem numa prática de linguagem que expressa uma característica marcante da contemporaneidade, isto é, uma sociedade rodeada de informações “linkadas”, mas que também são demandas do presente ancoradas nos memoráveis, para que os seus termos e links façam sentido.

Através disso, percebemos o quanto essa ferramenta virtual é presente em nosso dia a dia, mesmo sem querer estamos rodeados de informações que vêm através de hashtags. Cada símbolo desse presente em uma foto remete ao que a foto está dizendo, a informação que está

sendo passada, entre outros. Para o autor, isso representa traços de um domínio referencial que marcam o sentido, ou seja, as hashtags enquanto prática de linguagem produzem sentido e fazem funcionar uma memória que faz com que cada uma delas nos remeta a algo, no jogo imagem x hashtag.

Além das hashtags, outra função que não podemos deixar de mencionar é o *Direct*, que tem a finalidade de permitir a comunicação entre os usuários para a troca de vídeos, perfis ou imagens. Ou seja, é uma espécie de bate-papo, porém, mais diferenciado do que somos acostumados. Essa modalidade hoje é utilizada por cerca de 375 milhões de usuários.

Nessa direção, notamos que, mesmo em um aplicativo cujo foco principal é o compartilhamento de fotos e vídeos, se faz necessário uma ferramenta que possibilite a comunicação entre os seus usuários. A plataforma virtual teve um crescimento tão significativo que alguns perfis acabaram se tornando uma espécie de blog, que, nessa rede social, é denominado *instablog*.

Como frisamos desde o início, nosso intuito não é tratar os assuntos aqui abordados apenas como informação, ou seja, não estamos propondo uma forma meramente abstrata de dizer sobre algo, mas sim discursiva. Assim, nos atendo ao ponto de vista discursivo, iremos dizer do lugar de interpretação desses movimentos de construção de sentidos pelo/para usuários.

Desse modo, Dias (2018) propõe uma análise do discurso digital, tomando-o pelos modos como se constitui, se formula e circula. Contudo, apesar da constituição, da formulação e da circulação caminharem juntas, o objetivo é dar ênfase à circulação desse discurso. Conforme a autora, enfatizar a circulação do discurso digital é aproximar-se do sentido que se produz no agora, ou seja, um sentido transitório, temporário. Assim, ela se propõe a analisar as formas de produção/circulação dos discursos e a forma como sua existência, através do digital, significa na relação com a autoria.

Nessa direção, Dias (2018, p. 48) afirma que:

Orlandi (1998, 2001, 2008b) mostra o deslocamento que seu trabalho produziu no âmbito da Análise de Discurso, em relação à própria noção de função autor trazida por Foucault (2000, p. 46) como uma “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de *alguns* discursos no interior de uma sociedade”. Esse “alguns” refere-se àqueles aos quais podemos atribuir uma “obra”. Para a autora, porém, a ressignificação da noção de autoria passa inicialmente por esse aspecto, pois compreende a autoria como estando na base de *qualquer* formulação.

Assim, a partir da noção de autoria, trazida por Orlandi, Dias (2018) busca refletir sobre esse conceito relacionando-o ao digital. A autora compara a relação do homem-máquina, pois

o sujeito já nasce afetado por essa relação. Assim, diferentemente de pensamentos empíricos, o sujeito não nasce com o livre arbítrio, mas para submeter-se. Desse modo, estudar o mundo virtual discursivamente falando é entender que:

[...] com as tecnologias de armazenamento de enormes quantidades de dados, a circunscrição tecnológica ganha espaço na construção de arquivos. O que tem seus riscos e fragilidades, mas também abre a possibilidade de circulação dos arquivos, onde a memória discursiva incidiria sobre a memória como arquivo (DIAS, 2018, p. 69).

Essa memória é a possibilidades de dizeres, e estes estão sempre se atualizando no momento da enunciação. Com esse entendimento, além de problematizarmos discursivamente o digital, é importante também que compreendamos as condições de produção dessa nova ferramenta – o instablog –, de forma que venha contribuir para a nossa análise, mais adiante. Desse modo, buscaremos, em um primeiro momento, compreender o que é um blog, para que, posteriormente, compreendamos como se deu a criação de instablogs.

Conforme o *site* Marketing de Conteúdo, os blogs são páginas on-line que são frequentemente atualizadas e que podem conter diversos tipos de conteúdo, assim, são formas de comunicação entre pessoas e instituições com o mundo, podendo ou não ter fins lucrativos.

O primeiro *blog*, surgido em 1997, através do americano Jorn Barger, desenvolveu um sistema para que as pessoas expusessem suas ideias na internet, escrevendo o que considerassem interessante. Na época, foi nomeado *weblog* e, mesmo que a internet ainda não estivesse em um momento tão avançado, o projeto foi um sucesso. Algum tempo depois, o designer Peter Merholz alterou o nome para *wee-blog*, então, o processo de mudança continuou até chegar ao que conhecemos hoje como *blog*.

No ano 2000, as postagens passaram a ser dinamizadas, fazendo com que surgisse, a partir dessa modernidade, os *haters*, que são pessoas que fazem críticas não construtivas em postagens. Na sequência, surgiu o *feed* de notícias, que permite que os usuários assinem e acompanhem as postagens da página.

Atualmente existem cerca de 70 milhões de *blogs* e os assuntos só vão se multiplicando, havendo plataformas que falam sobre moda, outras sobre culinária, política, questões sociais etc. A evolução foi tanta que, por volta do ano de 2012, surgiram os instablogs, que foram administrados por blogueiras de moda, que abriram oportunidades para o mundo dos negócios, através da rede social. Assim, o aplicativo, que é composto por fotos e vídeos, tornou-se basicamente um diário online, em que retrata, através de diversos *instabloggers* do mundo todo,

o estilo de vida “ideal”. Dessa forma, a plataforma se tornou uma forma de divulgar a imagem do administrador, fazendo com que este lucre, através de patrocínio de grandes empresas.

Com o tempo, surgiram também instablogs motivacionais, como perfis fitness, de mensagens motivadoras, organização etc., além de perfis de notícias de interesse social e até mesmo sobre celebridades. A partir desse trajeto, nasceram perfis que objetivavam ajudar e incentivar mulheres, não apenas as que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência, mas também páginas que falam sobre o empoderamento feminino, sobre a luta da mulher pela igualdade e por seus direitos.

O nosso objetivo, então, é dar visibilidade à discursividade sobre/da mulher a partir dessa rede social, trazendo para discussão o modo como ela é vista nesses perfis, a interação entre seguidores e os criadores da página e também analisar as postagens realizadas.

Para tanto, tomamos como objeto de análise o perfil *Filhas de Frida*, que tem somado ao movimento feminista, a finalidade de apoiar mulheres, realizando publicações diárias que defendem o direito das mulheres, influenciando-as a não se calarem diante das opressões sociais.

2.1 As condições de produção do perfil “Filhas de Frida”

O instablog *Filhas de Frida*, inspirado na pintora mexicana Frida Kahlo, foi criado pelas universitárias Eduarda e Geovana. Em entrevista, ao receber o prêmio “Neide Castanha”, Eduarda diz que nomeou a página com o nome da pintora como forma de homenagem e de agradecimento à luta que Frida enfrentou pelas mulheres, que acabou tornando-a um dos principais ícones do movimento feminista. A página possui mais de 1000 mil seguidores e o alcance de postagens semanais chega a 3 milhões de pessoas.

Conforme o site E Biografia, Magdalena Carmen Frida Kahlo e Calderon, popularmente conhecida como Frida Kahlo, buscava retratar em suas obras de arte sua própria realidade. Durante sua juventude, Frida sofreu um grave acidente que resultou em uma fratura pélvica, entre outras lesões, que levaram a pintora a realizar 35 cirurgias, quando Frida descobriu o gosto pela pintura. Com a ajuda de seu pai, que adaptou um cavalete para que pudesse pintar, Frida passou a retratar, através da arte, situações que vivia. Seu primeiro quadro intitulado “*Autorretrato com vestido de veludo*” foi dedicado ao seu namorado, que estava com ela no dia do acidente e que a abandonou durante sua fase de recuperação.

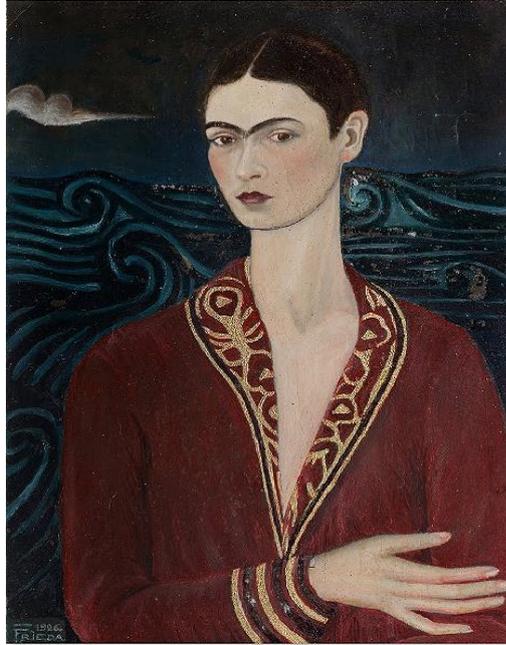


Imagem “Español sem fronteiras”⁸

Durante sua vida, Frida passou por diversas outras cirurgias e ficou presa à dependência de morfina, devido as dores fortes que sentia. Além disso, teve os dedos dos pés e uma perna amputada. Ao entrar para o mundo da arte, a pintora mexicana acabou se envolvendo com o pintor Diego Rivera. Ambos tiveram um relacionamento conturbado, que incluía traições, brigas e desentendimentos. Durante esse período, Frida sofreu três abortos espontâneos e ainda teve que lidar com o envolvimento de Rivera e sua irmã, após a separação do casal.

De acordo com o E Biografia, apesar de todo sofrimento e dificuldade, Frida Kahlo teve sua carreira marcada pelo sucesso e pela representação feminina, invadindo não só o mundo da arte, mas o mundo como um todo. Frida chegou a expor suas obras em Nova York, Paris e vários outros países, quando conheceu grandes nomes da arte como Picasso e Duchamp. Assim, um grande marco na carreira da pintora foi ter suas obras expostas no Museu do Louvre, o que alavancou um pouco mais a força feminina, de modo a ocupar espaço na sociedade no serviço de elevação da condição feminina.

A estudante de direito, Eduarda, de 19 anos foi quem teve a iniciativa de criar a página. O objetivo inicial era realizar campanhas de qualquer tipo de violência sofrida pelas mulheres, e principalmente apoiar mulheres de Montes Claros – MG, conhecidas da estudante, que estariam passando por situações de maus tratos. Contudo, o que Eduarda não esperava é que

⁸ ESPANHOL SEM FRONTEIRAS. Frida Kahlo – história de vida. Disponível em: <https://espanholsemfronteiras.com.br/frida-kahlo-historia-de-vida/>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

um simples gesto tomaria uma proporção tão grande e ajudaria diversas mulheres em todo Brasil. Dois anos após a criação do *instablog*, o número de seguidores chegou a 145 mil.

Hoje em dia a página chega a receber mais de 60 relatos diários de mulheres que sofrem ou já sofreram algum tipo de agressão. Para expor alguns relatos, as organizadoras criaram o quadro *ajude aquela*, no qual o relato de mulheres que sofreram violência é publicado, mantendo-as no anonimato.

Diversas pessoas comentam os relatos com mensagens de apoio e solidariedade à vítima, outras dizem que se identificam com o ocorrido. Esse movimento permitiu que a estudante percebesse a necessidade das mulheres de falar, de ter alguém para compartilhar e para expor o sentimento experimentado, tanto na atualidade quanto na época do acontecimento.

Essa ação mobilizou diversos grupos nas redes sociais e até mesmo o observatório da Universidade Estadual de Montes Claros, que realizou, em parceria com a equipe “Filhas de Frida”, uma exposição fotográfica aberta ao público, denominada “ajude aquela”, trazendo os relatos virtuais para o mundo real. Com a ajuda de uma fotógrafa da cidade, foi realizado um ensaio fotográfico com donas de casa, estudantes etc., encenando, de forma mais real possível, a dor e o sofrimento que as mulheres sofrem em razão da agressão. Assim, cada foto exposta vem acompanhada de algum relato enviado para as administradoras da página:



Ao trazermos a ação das universitárias para o campo teórico da Análise de Discurso, é possível abordarmos o verbal e o não verbal, de modo que as imagens funcionam como linguagem visual, enquanto os depoimentos que as acompanham como linguagem verbal. Dessa maneira, é importante observarmos que o sentido produzido decorre da articulação entre ambos,

pois o verbal é o que está dito no cartaz, enquanto o não verbal é o que não está dito com palavras, mas está significando através das imagens.

Para Orlandi (2013, p. 83), a outra forma de trabalhar o não-dito é o silêncio:

Este pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Essa é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro.

O silêncio é mais um conceito bastante trabalhado na Análise de Discurso, uma vez que sua existência se dá entre as palavras indicando sempre um sentido outro. Ao atravessar as palavras, o silêncio produz significação. Dito de outro modo, o silêncio também significa. Parece ser irônico dizer que há silêncio presente nas palavras, pois se tratam de palavras, então está sendo dito e não silenciado, todavia, se tratarmos o conceito de silêncio dessa forma estaríamos nos inscrevendo em uma concepção totalmente empírica, ou seja, estaríamos nos deixando levar pelo senso comum. Nosso trabalho, por sua vez, se filia aos conceitos teóricos da Análise de Discurso, como dissemos desde o início. Sendo assim, conceituar o silêncio vai muito além de conceitos meramente empíricos.

De acordo com Ferrari (2017, p. 237):

As palavras e os silêncios fazem sentido a partir de uma determinada posição sujeito, atravessados pela memória. É a partir dessa articulação que a memória e o silêncio significam. Assim, a partir de uma posição de sujeito vão significar dizeres e silêncios diferentemente de outras.

Nessa direção, é equivocado dizer que apenas as palavras produzem sentidos, pois tanto o dizer quanto o não dizer, marcam a presença de sentido, mesmo que distintos. Na Análise do Discurso, o silêncio fundador é o que faz com que o dizer produza sentido, ou seja, o silêncio, mesmo que não se fale, faz significar. O silêncio, não só nesse caso, mas em qualquer outro, pode apresentar não só um efeito, mas inúmeros deles, pois como já abordamos em nosso texto, o silêncio é o efeito de sentido entre locutores, o que faz ele ser múltiplo, pois cada sujeito é marcado por uma ideologia diferente. Para Orlandi (1996, p. 58) “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que a empregam”. Ou seja, suas marcas, história, seu trajeto influem nos modos de interpretação do texto.

Nessa campanha, a presença do dizer associado com a imagem da mulher violentada está significando o quão necessário é pedir ajuda, falar, expor, denunciar e as marcas presentes nos corpos das vítimas juntamente do dizer da camiseta, trazem à tona memória de diversas

mulheres que sofrem agressão e que precisam ser ajudadas e amparadas. Dessa forma, o verbal e o visual se articulam na produção de sentidos da campanha.

A Análise de Discurso trabalha com o conceito de efeito de sentido. Segundo Orlandi (2007), os efeitos de sentido se produzem a partir da ideologia, indicando, assim, diferentes posições-sujeito e colocando em funcionamento diferentes formas de conceber o discurso. Assim, ao proferir um discurso, ele causará efeito no outro, pois quem determina o efeito de sentido do dizer não é apenas quem o diz, mas também quem o recebe. Além disso, precisamos compreender que os sentidos são produzidos pela história e pela ideologia, e não como algo da vontade do sujeito. Assim, os efeitos de sentido são produzidos nas práticas dos sujeitos. Para Orlandi (2002), os sentidos são produzidos na relação entre sujeitos e sentidos, já que estes se constituem mutuamente ao se inscreverem em múltiplas formações discursivas.

A ideologia, por sua vez, constitui-se como uma prática discursiva que determina o sentido, assim, apesar de estar presente no sujeito, a ideologia não é um ato consciente, pois é marcada pela sua interiorização no próprio sujeito. Dessa forma, ao comunicar-se, o sujeito já está sendo interpelado por uma ideologia. A interpelação ocorre através do complexo das formações ideológicas. Sendo assim, as marcas ideológicas presentes no homem são imprescindíveis para sua própria constituição enquanto sujeito, pois a ideologia é uma relação totalmente necessária entre o mundo e a linguagem.

A partir disso, percebemos que um dos efeitos produzidos pela campanha, ao dar visibilidade à prática da violência contra a mulher, é o de chamar atenção da sociedade para combatê-la, em outras palavras, produzir identificação entre os sujeitos. Segundo Orlandi (2016, p. 228), as “posições-sujeito se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação a partir do modo como o sujeito é individuado e identifica-se”. Assim, a forma de individuação do sujeito é que determinará esse processo de identificação entre diferentes posições-sujeito.

Orlandi (2016, p. 228) afirma que:

As formas de individu(aliz)ação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e discursividades, resultam, assim, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres e direito de ir e vir. Esse indivíduo funciona, por assim dizer, como um pré-requisito nos processos de identificação do sujeito, ou seja, uma vez individuado, este indivíduo (sujeito individuado) é que vai estabelecer uma relação de identificação com esta ou aquela formação discursiva. E assim se constitui em uma posição-sujeito na sociedade.

Assim, de acordo com a afirmação da autora, é a partir da individuação que o indivíduo (sujeito individuado) vai se identificar com esse ou aquele dizer. Orlandi (2016) ainda diz que isso ocorre através da articulação simbólica-política pelas instituições e discursos, resultando assim, em sua inscrição em uma dada formação discursiva, como também sua posição-sujeito que se inscreve em uma determinada formação social (vítima, agressor, etc.).

As campanhas buscam também romper com o discurso de que a mulher é culpada pela agressão. Dessa maneira, associando isso ao instablog, ao espaço “ajudem aquela”, está produzindo o efeito de que há pessoas que estão prontas a ouvir, a ajudar, a agir e aconselhar, uma vez que essa é uma questão social e que deve ser combatida por todos, sempre. É claro que isso não irá cessar a violência, mas pode incentivar e encorajar as vítimas a procurarem ajuda, a denunciar e, assim, ajudar a diminuir essa prática tão recorrente.

Acerca do verbo “ajudar” e do pronome demonstrativo “aquela”, presentes na campanha, nos embasaremos em Dias (2008) para compreendermos melhor o funcionamento dessas palavras. Conforme o autor, o lugar-complemento é um dos lugares que configuram a referência, que se constitui quando o verbo projeta um espaço interior tornando-se um domínio de referência. Esse domínio, por sua vez, é uma relação entre um recorte definido pelas condições históricas do acontecimento e uma determinação desse recorte ao lugar de configuração da forma linguística.

Pensando em um referente de “aquela”, do ponto de vista discursivo, podemos construir paráfrases como: “aquela mulher”, “aquela que você despreza”, “aquela que não importa”, “aquela que está sendo julgada”, “aquela que você não quer ver”. Através dessa construção discursiva do referente “aquela”, podemos observar os não-ditos presentes nessas formulações, isto é, o que não está dito aí, mas que significa. Em outras palavras, ao se referir a um suposto sujeito como “aquela”, esse termo carrega consigo formulações que não estão sendo ditas, mas que se fazem presentes nesse dizer e produzem significação, que diz respeito a uma mulher que está sendo apontada/referenciada, mas que é vista e tratada com indiferença.

Ao nos atermos ao roxo presente no corpo dessas mulheres, é possível notarmos que acaba gerando uma imagem muito mais tocante do que se fosse outra qualquer, pois as marcas, mesmo que não sejam reais, trazem à tona a memória de milhares de mulheres que sofrem violência diariamente e, na maioria das vezes, se calam porque não recebem nenhum tipo de apoio.

Dessa maneira, podemos perceber que o objetivo da campanha é chocar e até mesmo provocar indignação no sujeito-leitor. Por outro lado, busca incentivar à denúncia da violência, pois, ao mesmo tempo, que as imagens causam o efeito de que a mulher é a vítima em questão,

elas dividem a responsabilidade com todos, isto é, não só órgãos de combate à violência contra a mulher, mas a sociedade como um todo. Além disso, buscam impulsionar outras vítimas a denunciarem a agressão e o agressor.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DO INSTABLOG “FILHAS DE FRIDA” E DE RELATOS DE MULHERES AGREDIDAS

Como já citamos nos capítulos anteriores, para desenvolvermos essa análise tomaremos a página do instagram nomeada *Filhas de Frida*, de modo a compreender as condições de produção desses materiais, os ditos e os não ditos, as paráfrases e polissemias e os efeitos de sentido produzidos no sujeito-leitor, através dos recortes de depoimentos de mulheres vítimas de violência, uma vez que a Análise de Discurso problematiza como “[...] os recortes são feitos pela (e na) situação de interlocução compreendem também um contexto mais amplo que é o da ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 22). Segundo a autora, o sentido só existe porque há a interpretação, isso é o que atesta a existência da ideologia.

Conforme Maluf-Souza (200, p. 33), “é necessário, pois, considerar que o corpus na AD não é uma questão fechada aprioristicamente, ou seja, ele nunca está pronto antes de se começar a análise e só se faz pronto com a análise”. Sendo assim, um *corpus* jamais terá uma análise já dada, pois para se compreender seus funcionamentos e seus efeitos de sentido, é preciso que o analista construa os procedimentos para a análise de seu material.

Orlandi diz que (2002. p. 25), “[...] o mesmo objeto é afetado por dois (e pode haver mais) movimentos de sentido”. Com base na presente concepção teórica, observaremos, então, o funcionamento da linguagem a partir dos discursos tomados para análise, e também buscaremos compreender os efeitos de sentido produzidos pelo dizer da mulher violentada moral e/ou fisicamente, como também dos seguidores e administradores da página. Logo, essa análise contribuirá para a compreensão dos diversos efeitos de sentido materializados nesses discursos que corroboram a construção da imagem da mulher agredida moral ou fisicamente.

É importante ressaltar que a Análise de Discurso não trata apenas da língua e nem da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Segundo Orlandi (2013) seu foco é o discurso e a palavra “discurso”, tem em si a ideia de curso/percurso, ou seja, significa colocar em movimento. Orlandi (2012, p. 12) diz que:

Do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. Mais ainda, é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre

língua/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação.

É a partir do estudo do discurso que se observa o homem falando. De acordo com a autora, essa teoria leva em consideração o homem na sua história, isto é, considera suas condições de produção, ao analisar a relação entre a língua e os sujeitos que a falam e as situações que o dizer é produzido.

Orlandi (2010, p. 18) afirma que “[...] como diz M. Pêcheux (1975), não podemos pensar o sujeito como a origem de si”. Assim o sujeito na Análise de Discurso mesmo não sendo dono do seu dizer, tem a ilusão de sê-lo, além disso, esse sujeito não é “dado”, ele se torna sujeito e o que o constitui é a ideologia.

Segundo Orlandi (2012) a ideologia é caracterizada pela fixação do conteúdo, através da impressão do sentido literal, do apagamento da materialidade da linguagem e da história e da estruturação ideológica da subjetividade. A ideologia, está na linguagem e quem a mantém funcionando é o sujeito, que é exterior a ideologia, pois quando ele nasce já é “obrigado” a submeter-se a ela. Esse processo determinará a posição-sujeito do indivíduo enquanto sujeito-autor ou sujeito-leitor.

Orlandi (2012, p. 63) afirma que o sujeito-leitor:

[...] se constitui na relação com a linguagem (enquanto intérprete) em função da textualidade, à qual se submete. O submeter-se aqui pode nos remeter ao que R. Barthes diz sobre o fato de que a leitura implica em uma inclinação do olhar, implica assim numa disciplina. Diante do texto o olhar “bate” em pontos diversos, mas pela sua inclinação, há uma disciplina que faz com que o olhar dirija-se a esse e não aquele ponto. E isso dá face à resistência material do texto à qual o sujeito se “submete”, inclina-se.

Isso diz respeito ao efeito-leitor, produzido através de gestos de interpretação de quem o produziu. O sujeito-leitor é então caracterizado como intérprete do texto, que por sua vez o fará a partir da ideologia que se submete. O sujeito-autor, de acordo com Orlandi (2010, p. 24), “só se faz autor se o que ele produz foi interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor, ele produz um evento interpretativo”. Assim, conforme Orlandi, o sujeito-autor produz um lugar de interpretação no meio de outros.

Para essa teoria o sujeito é constituído “[...] por gestos de interpretação, que concerne sua posição. [...], [pois] fazendo significar ele [se] significa. [...] se submete[ndo] à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência de sentidos, à

impressão do sentido já-lá” (ORLANDI, 2001, p. 22). Dessa forma, a partir dessa pesquisa, objetivamos dar visibilidade à repercussão da página e suas condições de produção, aos efeitos de sentidos dos *posts* sobre o sujeito-leitor, ao processo de identificação da mulher vítima de violência e ao modo como elas expressam isso na mídia.

Assim, compreendemos que “o discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade, não se analisam os seus produtos, mas os processos e sua produção” (ORLANDI, 1999, p. 55). Tomar essa perspectiva teórica implica colocar nosso objeto de análise no entremeio da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Enquanto Saussure, pai da Linguística Moderna, toma a língua como um sistema fechado, Pêcheux concebe a Linguística como uma das bases para o empreendimento da linha do discurso, propondo uma nova faceta, de fazer um deslocamento sobre a língua e o discurso.

Assim, cabe ao Materialismo Histórico, mediar a linguagem e a ideologia. Conforme Ferreira (2010), a mediação entre linguagem e a ideologia – eixo básico da Análise de Discurso – ocorre através da perspectiva do Materialismo Histórico. Isso influi na concepção de sujeito, que segundo a autora, vai ganhar sua feição primordial enquanto sujeito interpelado, que se assujeita ideologicamente e que é produto de determinações.

Já a Psicanálise, segundo a autora, parte de dois conceitos: *inconsciente e pulsão*. Assim, Ferreira (2010) traz a psicanálise de Freud, relida por Lacan, que se trata de uma área que estuda o inconsciente e os três registros da realidade humana: *real, simbólico e imaginário*, representado em seu texto através do *nó borromeano*, criado por Lacan, que nesse contexto simbolizaria o lugar do sujeito no entremeio das três noções de *linguagem, ideologia e inconsciente*. Esse *nó* proposto por Lacan nos mostra que é sempre necessário um terceiro elo para manter os demais unidos.

A seguir temos uma figura topológica, utilizada pela autora para representar o *nó borromeano*:

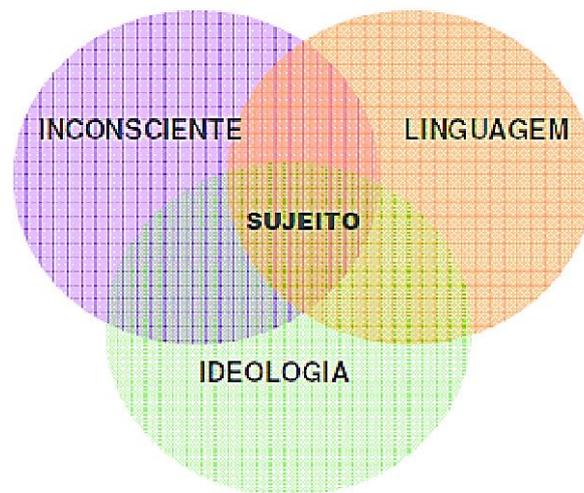


Imagem “Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso”⁹

A figura é formada por três anéis que simbolizam a tríplice aliança. Assim, para Ferreira (2010, p. 5):

O sujeito estaria assim sendo afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma delas *um furo*, como é próprio da estrutura de um *ser-em-falta*: o *furo da linguagem*, representado pelo *equivoco*: o *furo da ideologia*, expresso pela *contradição*, e o *furo do inconsciente*, trabalhado na psicanálise. Daí decorre o fato de a incompletude ser tão marcante para todo o quadro teórico do discurso e contaminar, de certa forma, os principais conceitos que o compõem. É precisamente essa *falta* que vai acabar tornando-se o lugar do impossível para o sujeito desejante e para o sujeito interpelado ideologicamente da análise do discurso.

Sendo assim, conforme a autora, o indivíduo é afetado de forma simultânea por essas três ordens, deixando em cada uma delas *um furo*, que é representado pelo equívoco. Esse equívoco é constitutivo do processo de produção de sentidos e surge justamente em razão dessa tríplice aliança.

De acordo com Ferreira (2010), o real da língua, com o qual trabalha a teoria, é o impossível de dizer e ao mesmo tempo o impossível de não dizer. Esse real é a incompletude, é algo que não pode ser controlado ou regido, ele vai se relacionar com o inconsciente. A autora fala também sobre o inconsciente na psicanálise, este, conforme Ferreira (2010), se estrutura em uma linguagem.

⁹ FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso e suas interfaces**: o lugar do sujeito na trama do discurso. Revista Organon, 2010.

Ferreira (2010) conclui dizendo que não é adequado aproximar o sujeito assujeitado althusseriano (indivíduo interpelado pela ideologia) do sujeito inconsciente laciano (indivíduo identificado ao discurso do Outro), pois esse grande Outro alude a um lugar do significante e não a uma entidade. Assim, há sempre um outro falando em nós e por esse motivo o sujeito tem a ilusão de ser dono de seu discurso, isto é, o que algum sujeito diz hoje já foi dito antes em algum momento da história. É esse funcionamento que determina o sujeito pela alteridade, é o que garante o processo de identificação do sujeito leitor do instablog.

Ao analisar as condições de produção do instablog, percebemos que a maior parte de sujeito-leitores da página são mulheres, isso se deve a uma questão de identidade, pois as mulheres leitoras se identificam com as mulheres violentadas, por um processo de identificação, ou seja, é pelo registro imaginário que o sujeito leitor se identifica com os relatos. Além disso, muitas delas que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência. Ao criar o instagram, conforme já mencionamos, as universitárias visavam ajudar mulheres que já passaram por algum tipo de agressão, mas o alcance da página foi além do esperado. Homens que apoiam a causa também seguem e interagem com os posts, contudo, o público maior continua sendo as mulheres.

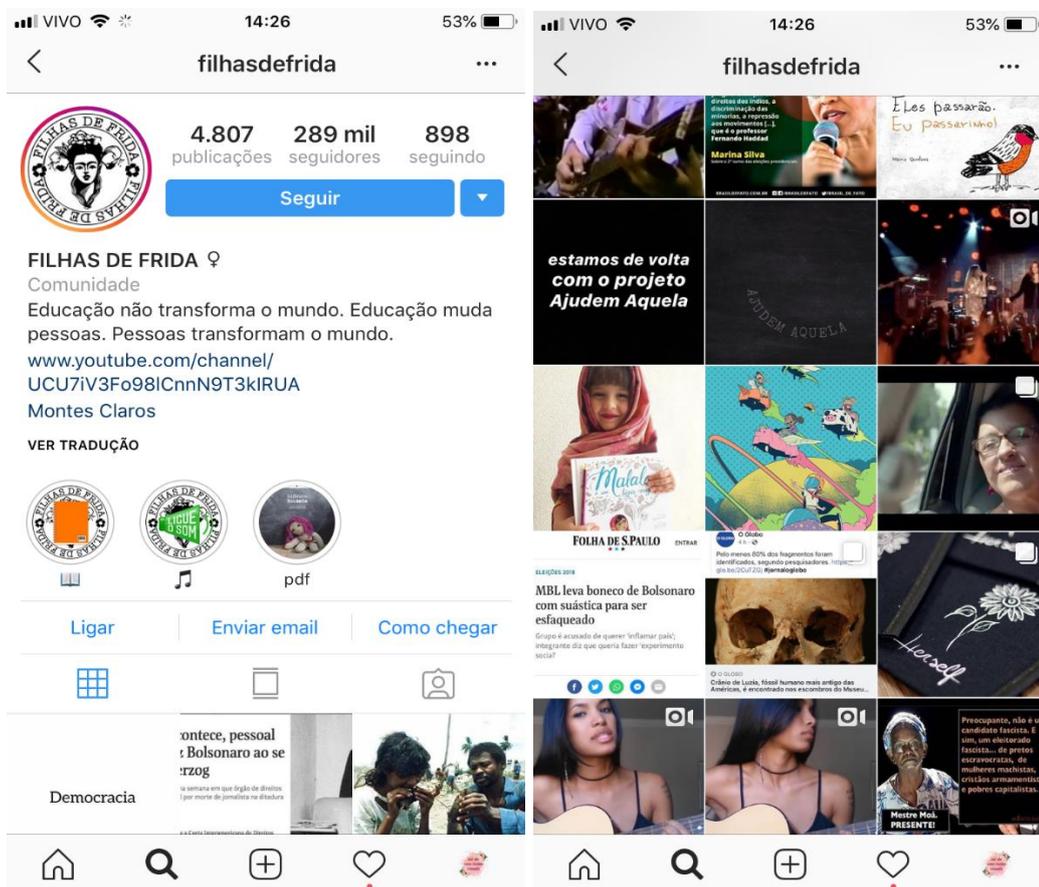
É importante também uma reflexão em torno do público que o blog visa alcançar/ajudar. O alcance do blog não chega apenas a mulheres que sofreram/sofrem violência, uma vez que visa chegar à todas “aquelas” (ajudem aquela) que necessitam de algum tipo de ajuda e não só quem tem algum depoimento para compartilhar. Essas mulheres são ou estão sendo projetadas como sendo, na maioria das vezes, as leitoras/seguidoras do instablog, que se identificam umas com as outras.

Em relação à leitura, Orlandi (2012, p. 62) diz que “o mesmo leitor não lê o mesmo texto da mesma maneira em diferentes momentos e em condições distintas de produção de leitura, e o mesmo texto é lido de maneiras diferentes em diferentes épocas, por diferentes leitores”. A forma como o sujeito irá ler/interpretar o texto é chamada de efeito-leitor. Segundo a autora, o sujeito é responsável pelo sentido que lê. Para ela, ao interpretar o sujeito está ancorado em uma textualidade. Essa interpretação da visibilidade a relação da língua com a história, o funcionamento ideológico.

Além de refletirmos sobre a significação do efeito-leitor, é importante pensarmos também quais são os sujeitos-leitores que o instablog irá alcançar. Por se tratar de uma página virtual, o alcance se dá apenas por pessoas que possuam acesso à internet, e que embora esse acesso seja limitado, uma vez que nem todos tem condição de possuir aparelhos com acesso à rede, há também aquelas que utilizam internet, mas que não possuem instagram. Dessa forma,

o alcance do perfil é limitado a pessoas que possuam acesso à internet e consequentemente, a essa rede social.

Abaixo temos *prints* tirados da página inicial do instablog:



A página criada em 2015, recebeu em maio de 2018, na Câmara Federal, em Brasília o oitavo prêmio Neide Castanha. A premiação se trata de uma forma de reconhecimento a pessoas, grupos ou entidades que fazem parte da luta contra a violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, é uma forma de homenagem à assistente social Neide Viana Castanha, que ficava à frente do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e coordenou o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Neide Castanha foi uma grande referência na luta contra a violência sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

A representante e idealizadora do grupo, Eduarda Rodrigues de Almeida Porcino, foi quem recebeu o prêmio em nome do coletivo Filhas de Frida. Em entrevista, a estudante proferiu as seguintes palavras:

Montes Claros ainda é uma cidade muito coronelista, onde existem poucas intervenções e políticas públicas para o combate à violência contra mulher. Temos uma delegacia de eficiência, mas o principal que deve ser questionado e debatido é o conservadorismo da população que perpetua e incentiva direta e indiretamente condutas machistas.

Contou também que criou a página aos 17 anos, quando ainda cursava no ensino médio, quando via diversas colegas sofrendo violência psicológica/moral, principalmente no meio virtual, percebeu que precisava fazer algo pelas mulheres, foi assim que criou um perfil em defesa delas.

O grande despertamento para a criação do instablog foram as violências que comumente não são reconhecidas pela sociedade como um ato de agressão contra outro ser humano. Além disso, muitos não sabem ao menos diferenciar a violência psicológica da moral, levando em consideração apenas a agressão que envolve atos físicos. A violência psicológica fere a autoestima e o emocional do ser humano. É praticada através de ameaças, constrangimentos, humilhações, manipulações, perseguições, chantagens, isolamentos ou qualquer outro ato que cause danos psicológicos ao indivíduo. A violência moral, por sua vez, é caracterizada por conduta de calúnia, difamação ou injúria ou qualquer outro ato capaz de ferir a reputação do outro.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, existem 11 formas de violência contra a mulher, sendo elas:

- **Violência contra a mulher:** caracterizada pela discriminação, agressão ou coerção ocasionada pelo fato da vítima ser mulher e que lhe cause qualquer tipo dano ou morte.
- **Violência de gênero:** é a violência sofrida devido a vítima ser mulher.
- **Violência doméstica:** violência praticada em casa ou em relação de familiaridade.
- **Violência familiar:** qualquer tipo de violência que ocorrer dentro da família, seja por vínculo parentesco ou civil, por afetividade ou afinidade.
- **Violência física:** é qualquer tipo de ação que cause danos à integridade física do indivíduo.
- **Violência institucional:** violência motivada por desigualdades, seja de gênero, raça ou econômicas.
- **Violência intrafamiliar/violência doméstica:** violência praticada dentro de casa ou de qualquer ambiente doméstico, geralmente praticada por alguém que viva com a vítima.
- **Violência moral:** trata-se de difamações, calúnias ou injúrias que comprometam a reputação do próximo.
- **Violência patrimonial:** ato de violência que implique na perda ou danos de documentos pessoais ou objetos de valores da vítima.
- **Violência psicológica:** ação que degrade ou controle comportamentos, crenças e decisões do próximo, seja através de chantagem, ameaça ou humilhação.
- **Violência sexual:** é o ato de obrigar a pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal ou de obrigar a vítima a realizar algum desses atos com terceiros.

O canal de violência contra a mulher – Ligue 180 atende todos esses tipos de violência contra a mulher em todo o Brasil, funcionando 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana, inclusive aos finais de semana e feriados.

Os relatos divulgados no perfil “Filhas de Frida” carregam todos os tipos de violência citados acima. Eles são numerados em ordem crescente, contando com o título da foto que o acompanha “ajudem aquela” – espaço para relatar a agressão sofrida e também para servir de exemplo para outras mulheres. Apesar de não ser um espaço para denúncia, é uma forma de grito de “socorro” ou até mesmo, em alguns casos, contar a sua história para que sirva de exemplo para outras mulheres.

Ao nos atentarmos para o título dos relatos “ajudem aquela”, podemos observar um efeito de identidade do sujeito que diz para o sujeito-leitor. Isto é, o pronome demonstrativo está se referindo a outro sujeito, que não é o que está formulando aquilo, como se os tipos de violência relatos estivessem em uma realidade distante de quem está postando aquilo.

Assim, na formulação “ajudem aquela”, temos a identificação como lugar. O sujeito que identifica com “aquela” que ninguém quer identificar ou reconhecer. *Aquela*, que é violentada, se identifica com *essa* que lê. Há então uma identificação entre os sujeitos, enquanto um efeito das formações imaginárias.

Em outras palavras, “aquela” é o lugar do incômodo. “Aquela” é aquilo que não se quer perceber, aquilo que não se quer saber de si, fazendo com que o sujeito olhe para um lugar que não se quer olhar, que é o lugar da violência – lugar do incômodo. Assim, quem comenta, quem posta, quem se interessa pelo instablog é porque está de alguma forma identificado com esse mesmo processo, isto é, que possa ter tido uma história também de agressão ou até mesmo de luta contra esses atos. Dessa forma, o processo de identificação já vem marcado de alguma forma, já vem determinado, não é uma escolha. Esse “aquela” é, então, um lugar de identidade com aquilo que o sujeito não quer se identificar, com aquilo que ele não quer ver, aquilo que a sociedade quer esconder.

Segundo Ferreira (2010), o sujeito do inconsciente trazido por Lacan é aquele identificado ao discurso do Outro. Esse grande Outro não possui marcas de subjetividade, ele indica o lugar do significante e não de uma entidade. Dessa forma, o inconsciente como discurso do Outro em Lacan, ultrapassa a regulação do sujeito. É essa identificação determinada pelo grande Outro, que diz da identificação não se tratar de uma escolha, mas de um ato inconsciente do sujeito.

Assim, ao trabalharmos esse processo de identificação através do referente “aquela”, estamos retomando essa questão do inconsciente abordado por Lacan, em que nos identificamos

através do silenciamento, da negação, pelo que não queremos dizer. Nesse sentido, devemos pensar a alteridade como a voz do Outro que fala permanentemente através do sujeito, que acaba gerando um processo de identificação, seja ele positivo ou negativo. Dessa maneira, o modo de identificação está ligado com a forma que esse grande Outro fala no sujeito de acordo com a alteridade que o constitui.

Sendo assim, é importante ressaltarmos que os sentidos não nascem nos sujeitos, ou seja, o sujeito não é dono de seu dizer. Por esse motivo, a intenção de quem profere o discurso nem sempre é alcançada. Dizer que o sujeito teve a intenção no que disse é estar inscrito em uma concepção teórica totalmente empírica. Nesse sentido, apesar de termos a ilusão de que somos a origem do nosso dizer e de que o que dizemos possui apenas um sentido, estamos sendo atravessados pela ideologia que nos interpela, o que faz com que o que foi dito seja interpretado de formas diferentes, pois cada sujeito possui uma interpelação ideológica distinta do outro.

Para Orlandi (2012, p. 22):

Se, como tenho dito com insistência, ao significar o sujeito se significa, o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção.

Assim, de acordo com a autora, é o gesto de interpretação que irá decidir o rumo que os sentidos irão tomar e conseqüentemente, o sujeito. Esse espaço é caracterizado pela possibilidade da falha e do equívoco, fazendo com que um dizer possua múltiplos efeitos de sentido, isto é, esteja sujeito a mais de uma interpretação, se marcando assim como o lugar do possível.

Segundo Orlandi (2010, p. 27), “na Análise de Discurso essa duplicidade, esse equívoco é trabalhado como a questão ideológica fundamental, pensando a relação do discurso à língua e da ideologia ao inconsciente”. Para essa teoria, a língua ao tocar o sujeito falante se transforma em uma sistematicidade descontínua que a deixa sujeita às falhas e lacunas. Uma vez inscrita na história, a língua produz o equívoco, que por sua vez, tem seu funcionamento na ideologia/inconsciente. Conforme a autora, o equívoco diz respeito à falha da língua na história.

3.1 Análise I

Apesar dos avanços tecnológicos, das criações de órgãos de proteção às mulheres e de campanhas de combate à violência, muitas ainda se calam, se silenciam, isso se deve ao medo de denunciar e continuar desamparada, medo da morte, de não ter como se sustentar, pois muitas dependem do parceiro, entre outros diversos fatores que dificultam o combate a esse tipo de crime.

Para Bocchi (2017, p. 76), “o gesto de testemunhar presentificado por meio do relato de uma experiência traumática consiste, então, em uma forma de libertação interior, que ancora o sujeito na ordem do memorável, pela/na partilha de sua dor”. Com base nisso, nossa análise estará focada no que está textualizado no depoimento da mulher, enquanto vítima de violência física, verbal, sobre o modo como a mulher se inscreve nesse espaço digital, se significando ao falar de si, e também o processo de identificação e de individuação do sujeito, observando de que forma ocorre o processo de identificação da mulher vítima de violência, tanto a que se expõe nos depoimentos como as que, após a leitura destes, tecem comentários no mundo virtual e como isso está significando ali.

Propomos também compreender os efeitos de sentido produzidos através dos depoimentos no/para o sujeito-leitor, para isso, precisamos nos deter no dizer, isto é, no relato da mulher agredida, na formulação desse depoimento, pois sem discurso, não há sujeito e sem sujeito não há efeitos de sentido. Assim, é preciso dizer que esses efeitos de sentido são produzidos através da circulação dos depoimentos, uma vez que, é necessário a publicação do relato para que alcance outras mulheres que estão necessitando de ajuda. Dessa maneira, é através da circulação do depoimento, ou seja, do alcance da publicação ao público alvo, que teremos os efeitos de sentido produzido no sujeito-leitor – a mulher.

Antes de trazermos nosso primeiro recorte, é importante refletirmos alguns aspectos da Análise de Discurso que serão relevantes para a construção de nossa análise, que diz do dispositivo teórico e analítico. Assim, essa teoria visa compreender o funcionamento do discurso textualizado, isto é, como o texto produz sentidos. Orlandi (2013, p. 19) diz que “[...] a Análise de Discurso [...] procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não se passa diretamente um para o outro”. Desse modo, um texto não é visto como uma unidade fechada, tendo uma só verdade, um só sentido. Muito pelo contrário, o texto mediante o olhar dessa teoria é uma relação constante com suas condições de produção e sua exterioridade. Dessa forma, o discurso textualizado se coloca em uma relação necessária com a história e a ideologia.

Assim, mediante a concepção de texto através da Análise de Discurso, apresentamos o nosso primeiro recorte, que se trata do “Relato 176” do instablog “Filhas de Frida”, que vem acompanhado da hashtag #FDFAjudemAquele, que alcançou 1.277 curtidas e 14 comentários:

Passei anos lutando para viver com um cara que não me respeitava. Aprontava e acabava como se a bruxa fosse eu. Eu engravidei dele e perdi o bebê. Sofri muito, não por ele, mas pelo meu filho, pois perdi com oito meses de gestação. Depois disso, deveria ter entendido como livramento, mas o luto não me deixou enxergar isso e engravidei novamente. Hoje temos um filho lindo, ele é minha vida! Depois que tivemos o nosso filho que hoje está com 3 anos, ainda continuei tentando viver ao lado dele. Até que um dia ele chegou muito doido em casa e me bateu. Sempre me pediu perdão. E eu aceitava. Até que ano passado eu resolvi dar um basta. E olha, não foi fácil. Ele me fazia achar que não teria mais ninguém. Como se precisasse de alguém para ser feliz. Sofri muito, muito mesmo. Até hoje ele bate na minha porta, me pedindo perdão, dizendo que me ama, mas eu estou tão bem sem ele: trabalhando, meu filho com saúde... que não há mais espaço para pensar em ter nada com ele. Eu o conheci muito novinha... Ele também tem minha idade. E foram longos dez anos tentando, sabe? Mas ele nunca mudou e eu realmente não sei o porquê mas acreditava que só seria feliz com ele. Ano passado acho que criei vergonha na cara. Me ajoelhei e pedi a Deus que tirasse de mim esse sentimento. Porque nunca me fez totalmente feliz. Era felicidade de momentos. E assim aconteceu. Tô aqui de boa, tranquila, meu filhote dormindo na paz, porque já estava afetando a ele! Tantas brigas. Mas é isso. Depois que eu vi uns relatos nessa página eu entendia o porque eu sofria tanto por alguém nem aí pra mim. Era só um relacionamento abusivo até demais.

Esse relato, textualiza um discurso de si, formulado na maior parte pelo enunciador na forma verbal da primeira pessoa “eu”, em contraponto a poucas marcas de terceira pessoa, ao referir-se ao pai da criança/ex-companheiro. O jogo “livramento x relacionamento” é algo relevante no relato, pois vemos diferentes discursos constituindo essa relação, isto é, há mais de um discurso atravessando esse depoimento, como por exemplo, o discurso religioso. Nos dizeres como: “tomei vergonha na cara”, “me ajoelhei e pedi a Deus”, “deveria ter...”, observamos que estes se constituem através do discurso moral, a individualização da responsabilidade e a assunção de culpa pela violência sofrida.

Segundo Orlandi (2007) o Estado e suas instituições são responsáveis pela individualização da forma-sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação. Nesse caso, o indivíduo é o resultado de um processo referido pelo Estado. Assim, processo de individuação se dá através das Instituições e dos discursos que nela circulam, que resultam em um indivíduo, ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, como direitos e deveres.

Ao mencionar seu filho, a mulher diz que a violência sofrida por ela também estava afetando-o, sobre isso Peron (2017, p. 37) diz que “[...] nos relatos das mulheres, maioria das

vezes, quando elas falam sobre sua vida permeada e constituída pela violência conjugal, os filhos são mencionados e a referência aos filhos aparece de modo a incluí-los nas práticas de violência física e/ou psicológica perpetradas à mulher”. Isto é, a ideologia que atravessa o sujeito-mãe, em se tratando de violência conjugal, faz com que sempre pensem na prole e que a coloque, muitas vezes, em primeiro lugar.

Além disso, podemos observar que em três das cinco vezes que a vítima se refere ao filho, ela o chama de “meu filho” ou de “meu filhote”, o que, segundo Peron (2017, p. 43), marca esses discursos, nos quais

Não costumam aparecer marcas de um pronome “nós” para fazer referência aos filhos do casal, uma vez que esse “nós”, esse casal, diante da condição de violência contra a mulher, não existe na prática: em fase da violência, ele se perde, se desfaz. A violência não permite mais os laços manifestos pronominalmente em “nós” – muito embora, paradoxalmente, a violência crie “nós” bastante substantivos nas vidas por ela perpassadas. Excluir o outro (o pai, no caso), na gramática e no discurso, rememora um pensamento cultivado socialmente de que as mulheres, como são mães, é que são as maiores responsáveis pelos filhos.

A memória trazida pela autora de que socialmente falando as mulheres são vistas como as responsáveis pelos filhos, de que se ela pariu, ela é quem deve criar, é uma ideia arcaica vinda de séculos atrás e que predomina até hoje. Segundo Peron (2017), a maternidade é posta como a marca da mulher. Há aí um apagamento da figura paterna, que só comparece para gerar a criança, mas as obrigações, após isso, são dadas à mãe. Podemos observar isso, pelo fato da autora do mencionar o filho como sendo dela e do companheiro duas vezes: “Hoje *temos* um filho lindo [...] depois que tivemos o *nosso* filho que hoje está com 3 anos, ainda continuei tentando viver ao lado dele”, todavia, a *nosso* ver, ao mencionar “nosso filho” não explicita marcas da responsabilidade do pai na educação, mas apenas da geração.

No relato, a mulher descreve a violência física e também psicológica praticada por seu companheiro, que por fim, tem um final de superação. Todavia, há muitos casos que não têm um final como esse, pois alguns acabam de forma trágica e em outros o sofrimento perdura por toda a vida. Um dos comentários presente no *post* ilustra esse funcionamento:

Tudo que eu precisava ler hoje para me encorajar. Vivo algo semelhante com o pai da minha filha, ele nunca me bateu, mas faz outras violências, psicológicas, chantagens, dramas e etc... Já voltei para casa da minha mãe e continuei com ele achando que era amor e que tudo iria se encaminhar. Hoje por problemas com a mãe dele, mãe da outra filha dele, eu me envolvi nesse rolo e é ele simplesmente falou ‘vc fala com elas, vc se vira’ como se não

fosse um casal, e é sempre assim tudo, como se eu tivesse que carregar e arrumar os problemas da vida dele.

Mais adiante, em outro comentário, uma moça diz ter inveja da decisão da vítima em compartilhar o seu relato. Nessa direção, Bocchi (2017, p. 71) afirma que

[...] o que chama atenção é o reconhecimento da situação de violência como experiência partilhada. A socialização do relato de violência, neste comentário, encontra-se vinculada a uma definição de testemunho como prática política, gesto de acusação realizado por sujeitos que assumem um lugar político de militância ao contar uma história que, embora não possa ser esquecida, ‘acontece todos os dias e a dor fica’.

Assim, a partir desse reconhecimento, há nos dois comentários uma tentativa de pedido de socorro, de falar, de se abrir. Mulheres que nunca se viram, se identificando com a história de vida uma da outra (aquela). Segundo Orlandi (2016), o sujeito individuado ao identificar-se, está se identificando com uma, e não com outra, formação discursiva. É a ideologia que o interpela que determinará esse processo de identidade com uma dada formação discursiva.

Além disso, apesar da violência psicológica sofrida, as vítimas conseguiram identificá-la, mesmo sendo um tipo de violência um pouco diferente. No relato, a vítima revela que foi entender que estava em um relacionamento abusivo só depois de ter conhecido o instablog “Filhas de Frida”. Essa revelação faz com que produza efeitos de sentido no sujeito-leitor da página de que mulheres realmente são alcançadas e ajudadas de alguma forma a partir dos posts e relatos publicados através do perfil.

Como já dissemos, ao analisarmos os posts, buscamos mostrar o modo como os efeitos de sentido são produzidos no sujeito-leitor. Para isso, precisamos refletir que ao escrever um depoimento relatando a violência sofrida, o sujeito está se colocando em uma posição de “vítima” e isso contribui na/para produção de sentido do/para o sujeito leitor. Ao dizer em seu relato “sofri muito, muito mesmo”, o sujeito causa determinado efeito de sentido em quem está lendo pelo modo e pela posição que foi dito, e também pelo lugar que esse dizer está circulando.

São diversos efeitos que podem ser produzidos através desses dizeres, por exemplo, o de levar o sujeito-leitor a estabelecer uma relação com sua vivência, de se manifestar, de dizer que a partir dessa interação isso mudou sua forma de pensar, de agir, o encorajou, serviu como inspiração etc. Os efeitos produzidos no outro são sempre determinados por sua posição-sujeito, pelo modo como foi proferido o discurso e até mesmo por onde ele está circulando.

É importante refletirmos também acerca do pré-construído presente no relato de que só é feliz quem tem um (a) parceiro (a), quando a vítima relata que seu esposo dizia que ninguém a iria querer, em uma tentativa de mantê-la a todo custo ao seu lado. Ou seja, há um já-dito, que

prega que sozinho ninguém pode ser feliz. Temos então a presença de um discurso em outro, presença essa que já foi dita em algum momento da história.

Sendo assim, é marcante a presença de um pré-construído que está sendo contraposto ao ser negado pela autora do relato o nega. Observamos isso nos trechos: “Ele me fazia achar que não teria mais ninguém. Como se precisasse de alguém para ser feliz” e “eu realmente não sei o porquê mas acreditava que só seria feliz com ele”. Enunciados como esses, nos fazem remeter à dizeres impostos socialmente que dizem que precisamos de alguém para sermos felizes.

Por outro lado, temos também discursos mais atuais que vêm com o objetivo de motivar e encorajar, ao dizer que pelo contrário do que sempre foi dito pela sociedade, não é preciso alguém para ser feliz. Esse pensamento cria a falsa ideia de que o sujeito é independente, de que é dono de suas próprias ações. Contudo, de acordo com a Análise de Discurso, compreendemos que o sujeito não é dono de seu dizer ou ações, ele está o tempo todo assujeitado pela ideologia que o interpela, produzindo nele a ilusão de ser autônomo e livre.

3.2 Análise II

Nosso segundo recorte se trata do “Relato 189”, publicado através do Instablog, no dia 15 de julho de 2018, que chegou a 1.721 curtidas e 78 comentários:

Namoro um menino há um tempo. No começo era ótimo, afinal sempre é, ele me via todos os dias, quando vinha aqui em casa fazia questão de lavar os pratos, varrer a casa, etc. Já tive muitos namorados mas para minhas amigas ele era o certo. Costumávamos praticar esporte juntos e foi aí que tudo começou, o ciúme era constante, pedia pra eu deixar de ir ou parar de falar com certas pessoas. Passou cerca de 3 meses e eu engravidei. No início ele aceitou, mas por algum motivo mudou. Começou a sair e voltar tarde da noite, tinha conversas com meninas que eu não conseguia explicar, falavam aborto e me batia constantemente. Me batia tão forte que eu não conseguia parar de chorar, depois vinha e pedia desculpas, dizia que tava arrependido entretanto, no próximo dia era a mesma coisa. Se me via de conversa de algum amigo meu já pirava. Desde os meus 3 meses de gravidez eu apanho. E o pior, não posso falar isso com ninguém, porque a vergonha é maior do que tudo. Quando me perguntaram sobre as marcas, falo que bati em algum lugar, que me queimei ou algo assim. O que mais me dói é que eu carrego uma pessoa da qual não tem culpa. Já tentei separar mas ele volta, diz que vai mudar isso e aquilo, mantenho distância mas uma hora ele para e na outra me maltrata. É a pior coisa do mundo, a vergonha, a dor, o medo. Espero passar por isso. Ontem acho que foi o ápice das agressões. O momento vital em uma relação abusiva, eu namoro esse rapaz há um ano e 2 meses, e nesse tempo tivemos uma filha que hoje tem 2 meses, durante minha gravidez vivi constantes agressões, empurrões, chute na cabeça, enforcamento entre outros, por meses passei pelo que se chama de inferno. Ontem levei uma cotovelada em meu nariz, a minha vista escureceu e fez com que eu me sentisse fraca. Peguei o

celular e disse que ia chamar a polícia, ele pediu e eu recusei, foi nesse momento que senti um murro ou uma joelhada na minha cirurgia (tive minha filha cesárea) ele me chutou, me bateu. Meu Deus. Como eu queria que isso parasse, mas eu tenho uma filha. É difícil.

Observamos que os relatos se constroem como uma forma de conversa entre duas ou mais pessoas, como se uma estivesse desabafando e a outra ouvindo tudo o que o sujeito-autor tem a dizer, como se fosse uma conversa informal entre duas pessoas próximas. Assim, diferentemente anterior, esse relato mostra que a vítima ainda continuava refém da violência doméstica. Dessa forma, seu depoimento pode ser entendido como um testemunho e um pedido de socorro. Como se contar sua história anonimamente para outras pessoas fosse a tentativa de escapar, de conseguir alguma ajuda ou através de algum dos comentários, ter alguma ideia do que fazer nessa situação.

Em relação a situações de testemunho, Bocchi (2017, p. 75) afirma que:

Para Leite (2006, p. 179), o testemunho consiste na experiência do impossível. Ele inscreve a posição do sobrevivente, daquele que decidiu narrar para testemunhar um acontecimento, e está próximo, para a autora, das bordas do simbólico. [...] O testemunho coloca, assim, em ato os limites do simbólico para dar conta do real. Ele sugere que ‘o simbólico nasce de um gesto de reescritura dolorosa do real’.

Assim, o testemunho, ao se configurar como a partilha de um acontecimento, constitui-se como um gesto de memória marcado pela subjetivação da violência. Para Mariani (2016), esse ato de testemunhar faz com que o acontecimento não caia no esquecimento, ou seja, é algo que além de precisar ser dito, tem em si a imposição de que se faça algo sobre a necessidade de “agir”.

A vítima inicia seu relato dizendo que no início do namoro seu parceiro era diferente, era atencioso e a ajudava nos serviços domésticos. Segundo ela, para suas amigas ele era o cara certo. Dessa forma, ao analisarmos a forma como a vítima descreve o agressor e como ele era visto pelas pessoas ao seu redor, é possível perceber um imaginário de “homem perfeito”, aquele que é cuidadoso, atencioso, que ajuda, ou seja, a projeção de homem “ideal”.

A própria vítima reconhece estar em um relacionamento abusivo, reconhecendo que além das agressões físicas, também é psicologicamente violentada. Além disso, demonstra saber de seus direitos ao mencionar que já tentou realizar a denúncia. Contudo, o medo e a vergonha são fatores que inibem e dificultam que a vítima saia dessa situação de dor, sofrimento e humilhação.

Por outro lado, assim como no relato anterior, a mulher também tenta de alguma forma levar a relação adiante pensando no bem-estar do filho. O sentimento materno faz com que suporte a dor e continue tentando manter sua família, pois ao se inscrever na posição-sujeito-mãe, o sujeito diz da posição daquela que cuida, que protege, que educa. Segundo Orlandi (2013), ao enunciar a partir de uma dada posição, o dizer deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que está inscrevendo suas palavras, do mesmo modo a outros dizeres da mesma posição.

Esse sentimento de ligação entre mãe e filho faz com que ela permaneça com o agressor mesmo em condições de violência: “Como eu queria que isso parasse, mas eu tenho uma filha. É difícil”. Contudo, a vontade de sair desse ciclo e a coragem de denunciar também surgem através da maternidade, assim como vimos no relato anterior, pois o sujeito-mãe se inscreve na posição daquela que pensa nos filhos, que quer o bem deles.

É necessário explorarmos essa questão do ser mãe no jogo da violência no relacionamento x livramento, pois temos aí a presença de relações de sentidos distintas dentro de uma mesma formação discursiva. A partir disso, é importante observamos as diferentes filiações de sentido do dizer do sujeito quando ocupa a posição de mãe. Essa posição é relativa a instituição familiar e também pelo que se entende por família, como por exemplo no discurso religioso, em que o pai e mãe são os que dão a vida.

Essas diferentes filiações de sentido do dizer do sujeito ao ocupar a posição de mãe fazem com que os sujeitos inscritos numa mesma formação discursiva falem de modo diferente em relação à violência porque ocupam posições diferentes e, nesse caso, coloca o bem-estar do filho acima de seu bem-estar. Em outras palavras, ao se inscrever na posição discursiva “mãe”, o sujeito coloca o filho em primeiro lugar, fazendo com que continue com o seu companheiro e suporte as agressões pelo filho.

Muitas vezes o medo de abandonar o cônjuge e ser morta, depois não ter quem crie a criança ou o respaldo econômico do marido para sustentar o filho fazem com que a mulher na posição de mãe permaneça nesse estado de sofrimento e dor. Assim, a saúde física e mental, a felicidade, conforto e tranquilidade da criança passa a ser prioridade e a da mãe acaba ficando em segundo plano.

Esse sujeito mãe assume diferentes posições porque há um atravessamento de diferentes formações discursivas que faz com que a posição de uma seja diferente da outra. Sendo assim, a estabilidade, por exemplo, está significando de formas diferentes para esses dois sujeitos. Isto é, ambos sujeitos se inscrevem na mesma formação discursiva, porém sofrem o atravessamento de outras formações, que faz com que hajam de forma distinta uma da outra.

Sobre isso Orlandi (2013, p. 49) diz que:

[...] quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação a formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “Isso são horas?” ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos dizer que não é a mãe falando, é a sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso significa que lhe dá identidade. Identidade relativa a outras: por exemplo na posição de professora, atriz, etc.

Outro fator possível nesse contexto é o efeito da memória, em que o medo de como mãe solteira ser mal vista e mal falada pela sociedade. Essa cultura esteve presente no meio social durante muito tempo, e hoje, mesmo com todos os avanços e conquistas femininas, ainda há pessoas que julgam mulheres que são mães e não estão unidas matrimonialmente com um homem.

A relação texto x leitor é muito marcante nos relatos. Os leitores interagem constantemente através de seus comentários nos posts, e é por meio deles que também podemos observar o efeito de sentido do sujeito-leitor, produzido pelo relato. No relato acima, o final do depoimento que finda com a vítima dizendo “Meu Deus. Como eu queria que isso parasse, mas eu tenho uma filha. É difícil”, trata-se de um dizer que põe em visibilidade o fato de que o caso dessa mulher ainda não teve desfecho, de que a denúncia não foi realizada e a vítima continua sofrendo maus tratos.

A partir disso, o relato obteve comentários como o de uma seguidora do blog dizendo “ALGUÉM DENUNCIA!!! ALÔ MODERADORES DO PERFIL, VCS TÊM NO MÍNIMO A OBRIGAÇÃO DE DENUNCIAR, ELA CORRE RISCO DE VIDA!!!”. A leitora escreveu o comentário todo em caixa alta. Esse ato demonstra sentimentos como preocupação, desespero, compadecimento com a dor da outra (aquela). Dessa forma, a partir da análise desse comentário, o nome do quadro produz efeitos de sentido de que mesmo virtualmente, mesmo com palavras, as pessoas buscam ajudar a outra. Isto é, o nome do quadro de divulgação de depoimentos não é apenas a nomeação de um lugar para expor o que diversas mulheres estão passando, mas um lugar de ajuda e cooperação.

Não temos a informação do que é feito depois de receber e publicar os relatos. Não sabemos se o instablog realmente toma partido e age em prol da defesa da mulher. Isso não é especificado em momento algum. Contudo, o ato de expor o depoimento e de diversas pessoas (a maioria delas mulheres) darem seu apoio e dizerem palavras de aconselhamento pode ser que

produza na vítima efeitos de sentido que levem ao encorajamento para enfrentar aquela situação e até mesmo realizar a denúncia.

No mesmo *post*, outra seguidora indaga “Como faz pra ajudar ela?? (aquela) Ela precisa de ajuda, esse cara vai acabar matando ela”. Analisando esse comentário, notamos a vontade de denunciar o agressor, partindo de uma outra mulher. Já em um outro comentário, uma mulher diz “Deus te abençoe e te dê forças suficientes para ir para bem longe desse monstro e para denunciá-lo”, fazendo funcionar os efeitos de sentido de indignação e raiva de uma seguidora do blog ao ler o relato postado.

Notamos que todos os comentários presentes nesse *post* foram feitos por mulheres. Todas elas se compadecendo com a dor da outra, apoiando e incentivando a vítima. Isso se dá devido uma questão de identificação entre sujeitos, que segundo Orlandi (2016), uma vez individuado, o sujeito estabelece identificação com uma determinada formação discursiva, filiada a uma formação ideológica. Além disso, esse ato de apoio e de se colocar no lugar da outra, nos remete à constituição social dada à mulher como a mais sensível, mais suscetível à compreensão da situação do próximo. Mariani (2016, p. 37) diz que:

Como analistas do dis/curso, somos, de imediato, atraídos pela bela e rude forma de materializar na língua sentidos que se colocam em uma oposição maniqueísta em que o bem vence o mal, em que o bom cidadão se afirma sobre o mau cidadão. Assim constrói-se uma posição-sujeito, cuja imagem discursiva é constituída por sequências discursivas como: “coronel com bons serviços”, “ficha limpa”, “dura missão”, “irmão mais velho”, “arrasado”, “fracassado com o irmão caçula”. Diferencia-se por contraste opositivo, a imagem de uma outra posição-sujeito. [...] a posição-sujeito do mau cidadão é descrita/significada como “ex-presidiário”, “condenado”, “matou um homem”, “vida do crime”.

Os exemplos utilizados pela autora são sequências discursivas retiradas de uma notícia de jornal que ela analisa em seu texto. No nosso caso, temos as sequências: “monstro”, “esse cara vai acabar matando ela” em oposição à “como faz pra ajudar ela?”, “Deus te abençoe e te dê forças...”.

Esse jogo bem x mal vêm de imagens construídas a partir de outras imagens que se tem na memória da ética e moral. Ao nos depararmos com situações como estas, somos afetados pela inconsciente que nos remete às imagens de bons costumes e valores que temos arquivados em nossa memória – lugar da história e da ideologia.

3.3 Análise III

Nosso terceiro e último recorte se trata de um relato um pouco diferente dos outros. Nesse caso, um relacionamento entre duas mulheres, em que ambas as partes se agrediam psicologicamente:

Tive um relacionamento abusivo de ambas as partes, e no caso era uma relação entre duas mulheres. Ficamos quase três anos juntas, tínhamos momentos maravilhosos, e tínhamos também momentos em que a gente queria se matar. Nas redes sociais nós éramos o casal mais legal e apaixonado que existia, mas dentro de casa nem sempre era assim. Sempre fui muito ciumenta, desconfiada e insegura, e ela, sempre cheia de mentirinhas. A gente brigava e eu jogava muita coisa na cara dela, gritava, e ela sempre vinha pra cima de mim com tudo, várias vezes chegou a me enforçar, pegava faca e se trancava no banheiro por horas, quebrava as coisas da casa, eu pegava minhas roupas e dizia que ia embora, algumas vezes cheguei a dormir fora de casa, mas achava isso tudo normal principalmente por ser entre duas mulheres. Eu apanhar de outra mulher era super natural, fazia parte, e ela dizia que vinha pra cima de mim pra eu calar a boca, porque eu brigava gritando e ela ficava cega, até que eu comecei a devolver também, e quando vi já estavam as duas rolando no chão e depois fazendo as pazes. Era sempre o mesmo ciclo, até que veio a traição, a qual a justificativa foi por eu ser muito ciumenta, não deixar ela fazer tal coisa e tal... então por fim chegou um momento que não deu mais e ela tomou a decisão de terminar. Eu me humilhava feito louca pra ela não fazer isso, porque eu não queria enxergar, e mal sabia eu que aquele momento era o início da minha libertação. Conheci o feminismo, comecei a ler sobre os relacionamentos abusivos e me identifiquei como uma abusadora, senti muita vergonha, me senti a pior pessoa do mundo, afinal, ninguém quer assumir isso, e o que mais vemos são pessoas na condição de vítima, nunca o contrário. Sei que algum tempo depois de já estar melhorando, cuidando do meu emocional, essa ex ressurge das cinzas com a boa e velha conversa do sentimento ainda presente, tive a recaída, e depois disso descobri que ela já estava namorando outra, e mesmo assim negava. Me senti suja, me senti usada, me senti fazendo o que eu tanto odiei: traição. Aí percebi que dessa vez ela estava me usando pelo fato de que eu estava tentando uma melhora, tudo que ela pedia eu fazia, aceitava, ela chegou a dizer que uma amiga estava passando fome e eu comprei uma cesta básica, a gasolina do carro eu que pagava, ela se aproveitou disso, e foi jogando, até que cansei. Eu nunca iria melhorar dessa forma, fazendo o que ela queria. Confesso que não é fácil, travo uma luta diária contra mim, não é fácil me relacionar de novo, sinto vergonha das coisas que fiz, não quero que me vejam como louca, tenho medo de gostar de alguém de novo, não conheço ninguém, mal saio de casa, tenho medo de sentir ciúme novamente, de ter o sentimento de posse, de tudo, mas vou seguindo em frente, sempre buscando ajuda, pois acredito que pior é aquele que não enxerga o problema a sua frente. Espero um dia estar totalmente recuperada dessas neuras e fazer alguém feliz.

A partir da análise do relato 168, publicado no dia 5 de dezembro de 2017, temos um caso de violência um pouco diferente de casos que geralmente circulam na mídia também. Nesse relato a violência está significada por uma relação de dominação nos relacionamentos

amorosos, desmistificando o pensamento de que a violência contra a mulher ocorre somente por parte do sujeito homem.

Nesse relato, há a afirmação de que ambas as partes sofriam e praticavam violência física e psicológica. A autora do depoimento relata que o que é comum são pessoas na condição de vítima e nunca o contrário. Segundo o Dicionário Virtual “O que é”, vítima é pessoa que sofre dano (físico/moral) ou perda ocasionada por ato ou omissão de outra pessoa ou força alheia. De acordo com o dicionário, a palavra “vítima” é usada geralmente em áreas de crimes, guerras ou catástrofes naturais. Dessa forma, ao dizer da condição do “ser vítima”, o sujeito-autor torna o relato diferente de muitos que comumente vemos por aí. Isto é, temos aqui um sujeito que ao mesmo tempo que diz da violência e como tem tentado superá-la, um sujeito que reconheceu em seu depoimento também praticar violência contra sua parceira.

No depoimento temos a presença de um pré-construído de que só não é normal a mulher apanhar do homem, ou seja, só é considerado crime se quem praticar a violência for um homem contra uma mulher. Se a situação for o oposto é normal, pois há uma formação imaginária e ideológica de que a mulher é um sexo frágil, sendo assim, não há “problema” uma mulher bater na outra. Enquanto isso, o homem inscrito como um sujeito forte e “dominador” ao agredir a mulher é considerado agressor, pois ao ser considerada frágil, a mulher se inscreve como a que não tem poder diante do homem, a que é submissa e não sabe se defender sozinha.

Diante disso, cabe aqui a reflexão de que a violência não pode ser tratada como biológica e sim como uma questão de posição, pois não se trata de ser homem ou mulher, mas da posição em que o sujeito ocupa. Observamos isso na violência institucional, discutida no início do capítulo, que se trata de uma violência motivada por desigualdades, seja de gênero, de raça ou econômicas. Em outras palavras, a violência não está sendo dita aqui enquanto distinção de gêneros, mas de um jogo de força, em que o mais forte se sobrepõe ao mais fraco.

O relato que atingiu 740 curtidas e 20 comentários, assim como em diversos outros há pessoas que comentaram se identificando com a história relatada. Outras deram conselhos à vítima e disseram palavras de apoio e encorajamento. Outra leitora do instablog comentou “Parabéns! Força, perdão e terapia”, buscando produzir efeitos de sentido positivos na vítima, ao incentivar e indicar que procure a ajuda de um profissional. Em um dos comentários, há uma leitora do instablog que conta resumidamente sua história ao se identificar com o depoimento da vítima do relato 168.

Assim, através desse ato percebemos que há mulheres que não ligam de se expor publicamente, enquanto outras, preferem ficar no anonimato. Algumas, talvez por timidez, outras por medo, preferem não se expor. Entretanto, há mulheres que não se importam de dizer,

de se mostrar. Dessa forma, o que irá determinar esse comportamento do sujeito é a ideologia que o atravessa, reverberando os modos de produção dos sujeitos e dos sentidos. De acordo com Orlandi (2016), é a partir de sua interpelação por uma dada ideologia, que o sujeito individuado irá estabelecer identificação com uma determinada formação discursiva.

Enquanto isso, o processo de identificação com certas formações imaginárias que determinará se o sujeito irá ou não se expor, se ao ler algum depoimento ele irá ou não ser encorajado a denunciar, se os *posts* da página o ajudarão de alguma forma. Além disso, ao falar o indivíduo interpelado em sujeito através da ideologia e produz sentido no outro. Esses sentidos são determinados pelas formações discursivas, que resultam das formações ideológicas, em que o outro está inscrito.

De acordo com Mariani (2016, p. 43):

[...] no mecanismo ideológico da interpelação do indivíduo em sujeito, podemos ler, também, o que entra em jogo no processo de humanização enquanto submissão às leis bem como o efeito da interpelação, ou seja, de um reconhecimento de si como aquele a quem a lei se dirige. O efeito ideológico elementar é justamente o de se supor, sob a evidência de uma certeza, como sujeito livre e responsável por seus atos. E aqui, novamente, se encontra uma analogia com o funcionamento do processo de constituição do sujeito em sua submissão ao Outro e ao registro do inconsciente.

Assim, o sujeito já é sujeito mesmo antes de nascer, pois já está inserido em um determinado contexto histórico e ideológico através de sua ligação com a família, pessoas que farão parte de sua vida e também de seu futuro lugar de vivência. Dessa forma, o sujeito, por submeter-se inconscientemente ao Outro, não é dono de seu dizer, nem de suas escolhas, pois esse funcionamento, que determina sua vida, depende estritamente da ideologia que o interpela.

A autora ainda diz que entrar na linguagem é a condição para haver inconsciente e estabelecer laço social. Segundo Mariani (2010, p. 394):

Isso implica pensar na transmissão do significante, uma transmissão que se realiza no contato-convivência com os pequenos outros, representantes do grande Outro. Para haver sujeito, para haver inconsciente, é preciso passar pelos significantes desses primeiros outros, os quais, ocupando o lugar do Outro, transmitem as leis do simbólico. Meus significantes, os significantes que considero como “meus” estão constituídos e afetados pelo Outro: para emergir como sujeito falamos afetados pelo Outro (nesse sentido, a alteridade está em mim). O processo de subjetivação está atravessado pela materialidade significante do outro.

Lacan, de acordo com a autora, afirma que o Outro é a condição de existência do sujeito. Esse Outro é marcado pela falta. Sendo assim, o sujeito também é faltoso. Segundo Mariani (2010), ao se inscrever na linguagem, o sujeito não percebe o vazio que o habita e que possibilita o processo de subjetivação. Dessa forma, a condição de sujeito resulta na apropriação da fala e da linguagem, assim como o vazio entre os significantes, o furo e a falta de um sentido literal.

Sobre isso, Peron (2017, p. 40) afirma que:

A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia é decorrência da inscrição do sujeito em uma posição. Ao inscrever-se em uma posição, o sujeito é tomado por uma relação de identificação/desconhecimento (PÊCHEUX, 2009 [1975]) que, na interpelação ideológica, faz com esse sujeito se identifique com as formações imaginárias fornecidas pela referida posição, desconhecendo que a forma como tais imagens estão recortadas e estabilizadas poderiam ser diferentes, produzindo outros modos de significar, a partir de outros recortes históricos. O sujeito de discurso está, assim, determinado pelos efeitos de sentido que aquela posição apresenta como se fossem evidentes.

Assim, é por todos esses motivos que um relato que em seu final conta uma história de superação e diz palavras de encorajamento para que outras mulheres também denunciem, pode ou não ter o efeito desejado, pois quem determina isso não é quem o escreve, mas quem o recebe – o sujeito-leitor e o que irá determinar seus efeitos de sentidos é a posição em que ele ocupa. Em suma, a forma como interpretará o texto – nesse caso o relato - não depende de seu autor ou dos moderadores da página, pois isso de dará inconscientemente através do âmbito ideológico que interpela o sujeito-leitor.

Esses modos de interpretação, pelo sujeito-leitor, dizem do funcionamento que determina histórico-ideologicamente os modos de constituição do sujeito-enunciador, ou seja, o modo como o enunciador diz atua diretamente na forma que seu dizer será interpretado. Além disso, de onde ele está dizendo, sua posição-sujeito, suas experiências e suas condições de produção em que ele está inscrito, também irão direcionar e conduzir o depoimento, influenciando na produção dos efeitos de sentido.

Outro fator determinante na produção desses efeitos no outro é a projeção da qual partem a criadora e as idealizadoras da página. Assim, para encorajar as mulheres vítimas de violência a denunciarem os agressores, são compartilhados diariamente dados de violência contra a mulher e de feminicídio, frases e mensagens encorajadoras, vídeos que buscam provocar o empoderamento da mulher e diversos relatos com finais de superação e também os que ainda

não tiveram seu desfecho, mas que causam o efeito de encorajamento, pois há diversas mulheres travando a mesma luta e apoiá-las é necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos a constante luta da mulher para ocupar seu espaço na sociedade e, acima de tudo, a busca pela igualdade de gênero, notamos o quão árduo foi e têm sido esse percurso. Isso tudo não se trata de uma consequência biológica, mas de uma posição constituída na/pela história. Sendo assim, o sentido não é um acaso, mas constituído através de uma historicidade. Para Orlandi (2010), a historicidade de um discurso/texto diz respeito ao seu modo de produzir sentidos. Dessa forma, ao analisar o dizer formulado por um sujeito a partir de uma dada posição, estamos tratando de um dizer atravessado por várias formações discursivas e que correspondem diversas posições-sujeito no discurso que aí se representam. Daí o nosso interesse em estabelecer como recorte de pesquisa discursos produzidos por mulheres que sofrem/sofreram violência.

Todo esse percurso de estudo e análise nos fez refletir sobre a enorme problemática que é a violência contra a mulher. Esse interesse surgiu a partir das campanhas de combate à violência a mulher que circulavam pela nossa cidade em formatos de *outdoors*, cartazes e até mesmo as rodas de conversa em nossa Universidade acerca do tema.

Ao pesquisar e estudar mais sobre essa temática, notamos que redes televisivas, rádio, redes sociais e a sociedade no geral está mais do que nunca voltada para esse tipo de crime que sempre esteve tão presente, mas que talvez, nunca foi tão discutido. Seria um equívoco dizer que essa problemática nunca teve visibilidade, pois ela teve sim, mas devido à luta das mulheres contra a violência, isso vêm aumentando cada vez mais.

Analisar a violência contra a mulher numa perspectiva discursiva não é fugir do foco principal – combater esse tipo de crime - mas é tomá-la pela linguagem, assim como a Análise de Discurso faz. Então, analisar esse tema através de um viés discursivo é ir além das evidências, ir além do que está posto. Não é apenas discutir, mas analisar. Analisar o discurso do sujeito, os efeitos de sentido, as condições de produção, a ideologia, mobilizando outros conceitos que essa teoria trabalha.

Nesse trabalho, nosso foco foi a abordagem da violência contra a mulher na rede social, mais especificamente no instagram. Existem diversos perfis nessa rede social que trata desse assunto, porém escolhemos analisar o instablog “Filhas de Frida”, devido suas condições de produção que abordamos no início de nosso trabalho. Isso nos chamou muita atenção, principalmente, pelo fato de nomear a página como uma forma de homenagem à pintora mexicana, que hoje é símbolo do movimento feminista – Frida Kahlo.

Além de tratar sobre o movimento feminista, violência, política, entre outros assuntos relacionados ao empoderamento da mulher, o grande diferencial que fez com que o instablog chamasse nossa atenção foi o fato de ele divulgar depoimentos anônimos que relatam a violência sofrida. Mulheres de diversos lugares do Brasil, enviam diariamente seu relato para o blog, provavelmente na esperança de contar para alguém, de se abrir, de receber algum conselho, mesmo que seja de um estranho, de alguém que interesse em saber da sua vida sem saber quem ela é.

Os relatos textualizam os modos como a mulher passa da posição-sujeito que antes era silenciada para posição de enunciativa de sua própria história, que marca e diz da violência sofrida. Uma forma de colocar para fora, de dizer da violência, de compartilhar com outras mulheres sua dor e também a busca de receber por meio de palavras conselhos de que decisão tomar diante daquela situação.

Nessa direção, recortamos os depoimentos para que pudéssemos analisar a partir da Análise de Discurso, o funcionamento da memória discursiva, as paráfrases e polissemias, os gestos de interpretação, etc., para que pudéssemos compreender os efeitos de sentido dos relatos no sujeito-leitor do instablog.

A análise dos relatos nos fez compreender a relação entre os sentidos de feminilidade e maternidade, isto é, os sentidos do ser mulher e ser mãe. Buscamos compreender a articulação entre essas duas posições-sujeito que ocupam as mulheres vítimas de violência. Além disso, observamos o discurso religioso e moral que constituem os dizeres/relatos. Esses discursos atravessam/constituem o dizer do sujeito-autor e podem ser observados pelas marcas deixadas nos relatos, ao tratar da culpa, ao mencionar o nome de Deus e o ato religioso de perdoar.

Esse funcionamento diz respeito ao processo de identificação e de individuação do sujeito, ou seja, o modo como o sujeito individuado pelo Estado se identifica com as instituições – igreja, família – e se constitui sujeito-autor, bem como o modo como o sujeito-leitor se identifica com as discursividades da/sobre a mulher posta em circulação na página. Observamos isso diante relação entre os depoimentos e os comentários das leitoras do instablog.

Outro fator bastante presente foi o incentivo à denúncia e a tentativa de apoio moral por parte de quem lia e interagiu com as postagens. O número elevado de curtidas e comentários nos *posts* nos fez compreender o grande poder de alcance de uma rede social para ajudar mulheres que sofrem algum tipo de violência.

Todavia, é importante ressaltarmos que os efeitos produzidos dessa iniciativa da criação do instablog não foi apenas o de ajudar mulheres agredidas de alguma forma, mas também de empoderar todas as mulheres que tiverem acesso ao perfil. Observamos isso através de *posts*

com frases de encorajamento e empoderamento feminino. Isso tudo se deve ao processo histórico de luta por direitos e pela igualdade que as mulheres passaram e ainda enfrentam até hoje.

Apesar do trajeto de lutas e conquistas da mulher, nosso objetivo aqui foi muito além da historicidade, já que desde o início mencionamos o nosso interesse em analisar discursivamente o tema violência contra a mulher, a rede social instagram e a ferramenta instablog até chegarmos nos depoimentos da página para tornar visível as diferentes formas de resistência, ou dito de outro modo, fazer ouvir a voz da mulher que pede/precisa de ajuda, ou seja, “aquela” que muitas vezes é julgada, condenada, silenciada. Estamos retomando o objetivo da nossa pesquisa para dizer que por meio de uma análise discursiva, pudemos provocar reflexões acerca dessa problemática que diz respeito não só as mulheres vítimas de violência, mas a toda sociedade.

Diante disso, apesar de estarmos findando nosso texto, entendemos que este ainda demanda um longo processo de reflexão e estudo, pois, como vimos até aqui, a Análise de Discurso é uma teoria que nos possibilita mais de uma forma de interpretação e há sempre um novo aspecto a ser dito e analisado, uma vez que a linguagem não é transparente ou unívoca, isto é, não possui apenas um sentido.

E finalizamos com Orlandi (2012, p. 18): “O gesto de interpretação, se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”. Sendo assim, um mesmo objeto analisado hoje, pode provocar diferentes efeitos de sentido amanhã. Por isso, não definimos esse trabalho como acabado e sim como o início de um longo processo de estudo que teremos pela frente.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução. Sérgio Milliet, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 4. Ed., 1970.
- BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. O funcionamento discursivo de testemunhos de violência no parto: movimentos de sentido entre o jurídico e o equívoco. In: ZOPPI FONTANA, Mónica G; FERRARI, Ana Josefina. (orgs). **Mulheres em discurso**: gênero, linguagem e ideologia. Vol. 1. Campinas, SP: Editora Pontes, 2017.
- CORRÊA, Rúbian Coutinho (org.). **O enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher**: uma construção coletiva. [S.I]: Conselho Nacional Procuradores-gerais (CNPJ), 2011.
- DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Editora Pontes, 2018.
- DIAS, Luiz Francisco. Os espaços de trabalho com a língua na pesquisa científica e no ensino: as hashtags em pauta. In: DI RENZO, Ana; MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. (orgs). **Ciência, língua e ensino**. Campinas, SP: Editora Pontes, 2016.
- _____. **O papel da discursividade na configuração de lugares sintáticos**: uma análise do complemento verbal. Revista de estudos linguísticos e literários, número 4, 2008.
- DIAS, Maria Berenice. “A lei Maria da Penha na Justiça”. In: **Revista dos Tribunais**. São Paulo, SP. 2009.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso e suas interfaces**: o lugar do sujeito na trama do discurso. Revista Organon, 2010.
- HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querere Dizer**. Trad. Eni P. Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HEISE, L. “Gender-based abuse: the global epidemic”. In: **Cadernos de Saúde Pública**, 10 (supl.1), 1994. p. 135-145.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- MALUF-SOUZA, Olimpia. **As Condições de Produção dos Laudos Periciais de Indivíduos com Suspeição de Insanidade Mental**. Campinas: DL/IEL/UNICAMP, 2000.
- MARIANI, Bethânia. “Um imaginário e outros”. In: GRIGOLETTO, Evandra; HARDI, Fabiele Stockmans de. **A análise do discurso e sua história, avanços e perspectivas**. Campinas, SP. Editora Pontes, 2016.

- NORONHA, Raquel. “A mulher no discurso empresarial na mídia”. In: ZOPPI FONTANA, Mónica G; FERRARI, Ana Josefina. (orgs). **Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência**. Vol. 2. Campinas, SP: Editora Pontes, 2017.
- ORLANDI, Eni P. [1999] **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- _____. **Discurso e Leitura**. 3. ed. Editora da Unicamp, 1996.
- _____. **Discurso e Textualidade**. 2 ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2010.
- _____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2012.
- _____. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**. 3. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2016.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2007.
- _____. **Língua e Conhecimento Linguístico - Para uma História das Ideias no Brasil**. SP: Cortez, 2002.
- _____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.
- PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- _____. [1975] **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2.ed. Tradução de Eni P. Orlandi [et. al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. (Coleção Repertórios).
- _____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (1975). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- PENA, Maria V. J. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERON, Ana Paula. A produção de sentidos sobre a mulher-mãe em relatos de violência conjugal. In: ZOPPI FONTANA, Mónica G; FERRARI, Ana Josefina. (orgs). **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**. Vol. 1. Campinas, SP: Editora Pontes, 2017.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- _____. **Mulheres Públicas**. São Paulo, SP. Editora Unesp, 1998.

_____. **Os excluídos da História:** operários, mulheres, prisioneiros. 4. Ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli R. **Uma história do feminismo no Brasil.** Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Feminismo, história e poder.** Revista de sociologia e política V. 18, Nº 36, 2010.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. “Mulheres educadas na colônia”. M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, MG. Autêntica, 2000.

REIS, Gabriella Duarte dos. **Campanhas públicas de combate à violência contra a mulher: espaços de constituição de sujeitos e sentidos.** Cáceres-MT. UNEMAT, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. “Violência doméstica ou a lógica do galinheiro”. In: KUPSTAS, Márcia (org). **Violência em debate.** São Paulo, SP: Moderna, 1997.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral.** Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

Silva, André Candido da. **Sexualidade e a história da mulher na idade média:** a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. Revista Eletrônica História em Reflexão, 2013.

SOARES, Bárbara Musumeci. **Enfrentando a violência contra a mulher:** orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

VRISSIMTZIS, Nikos A. **Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga.** Tradução Luiz Alberto Machado Cabral. São Paulo, SP: Odysseus, 2002.

Falta acrescentar: segmentar ou recortar, Verbal e não verbal, tcc e o texto sobre lacan

WEBGRAFIA

A GUERRA DO SEO. “Infográfico: dados do instagram em 2017”. Disponível em: <https://www.aguerradoseo.com.br/infografico-dados-do-instagram-em-2017/>. Acesso em 20 de maio de 2018.

AGÊNCIA PATRICIA GALVAO. “Cultura e raízes da violência contra as mulheres”. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/> Acesso em 20 de Jun. de 2018.

CAMARA. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/444744.pdf>. Acesso em 10 de Out. de 2018.

CANAL TECH. “Instagram chega a 700 milhões de usuários e tem crescimento histórico”. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/instagram-chega-a-700-milhoes-de-usuarios-e-tem-crescimento-historico-92798/>. Acesso em 23 de Maio de 2018.

COMPROMISSO E ATITUDE. Comissão parlamentar mista de inquérito. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/CPMI_RelatorioFinal_julho2013.pdf. Acesso em 10 de março de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Formas de violência contra a mulher. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>. Acesso em 12/02/2019

E BIOGRAFIA. Frida Kahlo. Disponível em: https://www.ebiografia.com/frida_kahlo/. Acesso em 18 de agosto de 2018.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. “Nísia Floresta: a primeira educadora feminista do Brasil”. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>. Acesso em 15 de Agosto de 2018.

ESPAÑHOL SEM FRONTEIRAS. Frida Kahlo – história de vida. Disponível em: <https://espanholsemfronteiras.com.br/frida-kahlo-historia-de-vida/>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

FLORIANO JULIAO. “Violência contra a mulher e a desistência da denúncia”. Disponível em: <https://florianojuliao.jusbrasil.com.br/artigos/258235229/violencia-domestica-contra-a-mulher-e-a-desistencia-da-denuncia>. Acesso em 15 de março de 2018.

INFOESCOLA. “Frida Kahlo”. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/frida-kahlo/>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

JOINPP. “A inserção da mulher no mercado de trabalho”. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-insercao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-reflexoes-teoricas-a-partir-das-desigualdades-de-genero.pdf> . Acesso em 08 de nov de 2018.

JUSBRASIL. Lei Maria da Penha é aplicada para proteger homem. Disponível em: <<https://direito-publico.jusbrasil.com.br/noticias/157860/lei-maria-da-penha-e-aplicada-para-proteger-homem>> Acesso em 04 de Fev. de 2017.

MARIANI, Bethânia; MAGALHÃES, Belmira. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v10n2/v10n2a08.pdf>. Acesso em 23 de março de 2019.

MARKETING DE CONTEÚDO. “Você sabe o que são blogs e como eles surgiram?”. Disponível em: <https://marketingdeconteudo.com/o-que-e-blog/>. Acesso em 14 de setembro de 2018.

MARKETING DIGITAL. “Usuários do instagram atualmente – infográfico 2018”. Disponível em: <http://marketingdigitalmassivo.com.br/usuarios-do-instagram-no-brasil-atualmente-infografico-2018/>. Acesso em 20 de Jun. de 2018.

PINAF, Tânia. “Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade”. In: **Revista Histórica**. Edição nº 21. Abril/maio de 2007. Disponível em <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao21/materia03/>> Acesso em 07 de Jun. de 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. “Feminismo, história e poder”. In: **Revista de Sociologia e Política**. V. 18, Nº 36, JUN. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em 10 de março de 2019.

PLANALTO. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.html> Acesso 05 de Abril de 2018.

POLÍTICAS PARA MULHERES. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-de-campo-grande-atendeu-quase-10-mil-mulheres-em-2015>> Acesso em 10 de Jan. de 2017.

POLITIZE. “Movimento feminista”. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/>. Acesso em 14 de Agosto de 2018.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/delegacia-da-mulher-deu-inicio-ha-30-anos-a-politicas-de-combate-a-violencia>> Acesso em 10 de Jan. de 2017.

SENADO. “Serviços especializados de atendimento à mulher”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contraviolencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em 14 de julho de 2018.

SIGNIFICADOS. Disponível em: <https://www.significados.com.br/hashtag/>. Acesso em 04 de Maio de 2018.

TODA MATÉRIA. Revolução Industrial. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-industrial/>. Acesso em 04 de Maio de 2017.

TODAS FRIDAS. Introdução básica ao feminismo – feminismo radical. Disponível em: <http://www.todasfridas.com.br/2017/01/09/introducao-basica-ao-feminismo-feminismo-radical/>. Acesso em 18 de agosto de 2018.

VEJA. Femicídio (ou femicídio): que palavra é essa? Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/feminicidio-ou-femicidio-que-palavra-e-essa/>. Acesso em 25 de abril de 2019.

VERMELHO. Alzira Soriano, a primeira prefeita do Brasil. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/287411-1>. Acesso em 10 de Out. de 2018.